



Vibração e entusiasmo no 23º Congresso da entidade máxima dos secundaristas

## Congresso da UBES dá destaque à luta pelas diretas-já

Para os 1.800 delegados secundaristas de todo o país, a campanha deve continuar nas ruas até a vitória. Página 4

# Explosão dos bóias-frias contra a fome

O explosivo movimento dos bóias-frias iniciado na terça-feira, já rendeu seu primeiro fruto. Na região de Ribeirão Preto, São Paulo, os canavieiros obrigavam as usinas a voltar atrás no sistema de sete "ruas", que estafa os trabalhadores, em especial as mulheres. Em Santa Helena, Goiás, outra greve alcançou a mesma conquista, na manhã de quinta-feira.

Porém a greve prosseguiu

em Guariba, Monte Alto, Barrinha, e entre os apinhadores de laranja de Barretos e Bebedouro. Em Jaticabal o tesoureiro do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Lázaro de Souza, 70 anos, trabalhador desde os 12, advertia: "Os usineiros vão ter que abrir mão porque senão os trabalhadores estão prometendo que eles vão por fogo em todos os canaviais". Alguns incêndios já se alastravam.

Em Guariba, onde a luta estourou e um supermercado foi tomado de assalto por bóias-frias famintos e indignados, a Polícia Militar agiu com selvageria. Assassinou um trabalhador com um tiro na cabeça, terça-feira, e ocupou a cidade por vários dias. Os acontecimentos que assinalam o despertar dessa importante categoria para a luta de classe estão na pag. 8.



## Proposta plenária nacional unificada dos Sindicatos

Proposição da Conclat à CUT objetiva definir formas mais avançadas de atuação sindical na luta pelas diretas-já

### EDITORIAL

## A hora é de ação

O governo fala em negociação e entendimento. Mas promove a confusão, visando dividir os opositoristas. Na verdade não tem o que negociar. Seu plano é fazer chantagem, ameaçar com o pior, para impor o seu ponto de vista. No fundo a mudança essencial que planeja é fingir que faz concessão ao afastar os atuais candidatos indiretos, e propor o tal quinto nome, guardado até agora no bolso do colete.

Mas o golpe não está fácil. Tanto nas fileiras governistas como nos grupos conciliadores da oposição reina uma disputa acirrada para ficar com a maior fatia do poder. Além disto todos ainda estão impressionados pela gigantesca maré de massas que invadiu as praças nos primeiros meses do ano. E sabem que o povo continua vigilante.

É exatamente o momentâneo refluxo do movimento de massas que dá certo fôlego a tantas manobras e especulações que circulam no cenário nacional.

Muitos falam que a luta política deve ter como eixo central a mobilização popular. Mas esta não é uma questão de retórica apenas. Exige a atividade prática, exige empenho para encontrar formas e caminhos que recoloquem em cena o ator principal, o povo.

Fora da luta contra o regime, com milhões e milhões participando diretamente dos debates e decisões, acompanhando qualquer compromisso que eventualmente se faça necessário, não haverá como sair do impasse em que o Brasil se encontra. Sem a presença dos trabalhadores, sem a análise e aprovação das propostas por estes que são os verdadeiros alicerces do país, a oposição se fragmentará em torno de questões menores, regionais e até pessoais. E o governo, nas negociações de gabinetes, usará a chantagem e a corrupção, para decidir sobre os rumos do país no seu velho estilo arbitrário.

Surgiu a idéia de recomençar a mobilização pelo dia 25 deste mês. Mas ainda se resiste a transformar este plano em realização concreta. Mesmo alguns que se declaram combativos preferem lamentar dificuldades a agir. Esquecem-se que em São Paulo e no Rio, onde se deram os maiores comícios, com mais de um milhão de participantes, só na última hora se conseguiu a adesão oficial e o apoio das máquinas dos governos estaduais.

É possível que, nessa nova fase da luta, a retomada se inicie com manifestações de menor vulto. Não existe nenhuma lei que obrigue a recomençar exatamente da escala do milhão. Mas, uma vez dado o sinal, é certo que as massas ganharão novo impulso para gritar com maior entusiasmo ainda a exigência das diretas-já. Queira-se ou não, esta é a palavra de ordem central, que aponta para a saída mais justa. É nesta fórmula simples e objetiva que se traduz hoje o anseio popular de romper com o regime atual.

É em torno deste conteúdo básico que será possível qualquer entendimento — se isto for conveniente. Transição? Sim, mas que signifique a passagem para um novo regime e não um compromisso para retocar o que aí está, como sugerem muitas propostas de negociação que vêm à tona. Constituinte? Claro, mas convocada por um governo que garanta a liberdade e a manifestação das mais amplas correntes de opinião pública.

Os trabalhadores e todos os democratas conseqüentes não aceitam cambalochos e acertos de bastidores. A grande aspiração nacional é pôr fim ao regime de corrupção, de opressão e de entreguismo. Para garantir esta solução democrática urge que se passe das palavras à ação, trabalhando pela mobilização popular. O dia 25 será um novo ponto de partida. As massas voltarão às ruas.



## Ajuda para reconstruir a Tribuna ultrapassa Cr\$ 4 milhões

Mais uma página cheia de manifestações de solidariedade política e material para sanar danos que os incendiários fascistas e a polícia provocaram. Um menino de 8 anos também ajuda. Pág. 7

## Metalúrgicos alemães vão à greve pela semana de 35 horas

Eles são 2,5 milhões e colocam em cheque uma das peças-chave da exploração capitalista: a duração de trabalho que o assalariado deve realizar para o patrão. Leia na pag. 2



Na assembleia, condutores aprovam por unanimidade a paralisação por 85% de reajuste

## Brutalidade da PM na greve dos motoristas

Decretada na quarta-feira, a greve dos motoristas e cobradores de ônibus da capital paulista enfrentou dura repressão policial na madrugada do dia 17. Até as novas horas da manhã mais de 150 trabalhadores foram presos nas garagens das empresas; dezenas foram espancados. A PM utilizou cascotes de madeira e, inclusive, metalhadoras. Nota-se mais uma vez a interferência da Polícia Federal, como o ocorrido em outras manifestações populares, o que demonstra a falta de autonomia do Estado. A ordem do delegado da PM da região oeste, por exemplo, era a de transferir alguns detidos para a sede da PF.

Num balanço parcial do movimento paredista constatou-se que cerca de 15 das 28 empresas de ônibus paralisaram suas atividades. Na CMTC, empresa do governo municipal, a greve atingiu 10% dos funcionários. O fato de o governo Montoro atuar como deseja o governo federal, usando da violência da PM contra os grevistas, gerou grande revolta. "Mais uma vez o governo estadual usa a PM para ajudar os patrões. Depois reclama que nós erramos o alvo ao criticá-lo", comenta João Alves, diretor do Sindicato dos Condutores. Otávio Leite, preso junto com 30 companheiros na garagem da CMTC na Imperatriz Leopoldina, fez duras críticas. "Eu sou filiado ao PMDB, votei nele nas últimas eleições. O troco que recebo são as cassadas da PM e jura milhões".

Ver matéria na pag. 5.

## Haroldo Lima rechaça a negociação do governo

Vice-líder do PMDB na Câmara dos Deputados defende a linha do PC do B e demonstra que aceitar o que o governo quer é capitulação. página 3

# Operários alemães lutam pela redução da jornada de trabalho

A Alemanha Federal vive na atualidade uma vigorosa batalha: em sua luta contra a exploração e o desemprego, os operários alemães entraram em greve exigindo a redução da jornada de trabalho de 40 pra 35 horas semanais. Os gráficos e os metalúrgicos estão à frente do movimento. Os patrões recusam-se a atender as exigências dos trabalhadores.

Na indústria gráfica, o Sindicato liderou dias 26 e 27 de abril greves pelas 35 horas e novas escalas de salários. No início deste mês as greves voltaram a ocorrer, fazendo com que 20 jornais deixassem de circular e outros 25 fossem às bancas com o número de páginas reduzido. A resposta patronal foi violenta: no Estado de Hesse os proprietários do "Offenbach Post" ordenaram que um caminhão investisse contra um grupo de piqueteiros, ferindo dez operários.

## METALÚRGICOS NA LUTA

Diante da intransigência patronal, também os metalúrgicos estão entrando na luta. Organizados no IG Metall, o sindicato que congrega os 2,5 milhões de trabalhadores do setor no país, os metalúrgicos começaram as paralisações na semana passada, nas grandes empresas. Para o final da semana estavam programadas negociações com o patronato. Desde a ascensão do primeiro-ministro Helmut Kohl, do Partido Democrata Cristão, é a primeira grande campanha do movimento sindical alemão. Trata-se de



"Sim à greve. 35 horas já", diz a manchete do jornal comunista alemão "Roter Morgen". No 1º de Maio, a faixa "Trabalho para todos".

uma retomada de luta, após um certo recuo que se seguiu à vitória da direita nas eleições de 1983.

Já o 1º de Maio, Dia do Trabalhador, foi celebrado no país sob o signo da luta pelas 35 horas de trabalho semanais. Segundo o jornal Roter Morgen, do Partido Comunista da Alemanha (Marxista-Leninista), essa luta enfrenta o "problema do desemprego, da sua atenuação; da superexploração da força de trabalho; de ir contra o conjunto do programa de 'austeridade', que os capitalistas exigem e este governo dispõe-se a realizar. Por isso, sim à greve! 35 horas já!"

O presidente do PCA (ML), Horst-Dieter Koch, em palestra realizada para operários de seu país, foi enfático: "os prognósticos mais otimistas dos empresários concluem que o desemprego subirá acima de 3 milhões. Os mais aceitá-



veis chegam a 5 ou 6 milhões e os pessimistas a números ainda mais catastróficos".

## OS CAPITALISTAS ESTÃO BEM

Destruindo a argumentação dos empresários de que não poderiam arcar com os custos da redução de 5 horas na jornada de trabalho, o dirigente comunista alemão declarou: "Em 1980, os lucros dos empresários atingiram 284 bilhões de marcos (cerca de Cr\$ 155 trilhões). O Commerzbank espera para 84 um aumento no rendimento das empresas da ordem de 15%".

Para Koch existem apenas duas alternativas para o movimento operário alemão: "Caso ele vá adiante e fortaleça sua luta, então se lançará, mesmo no terreno econômico, em conflitos cada vez maiores com o poder político do capital. Nesse caso, no decorrer da luta, o movimento operário chegará ao ponto

em que os testes de força, como os que experimentamos (ainda relativamente fracos) na luta pelas 35 horas, terão que se transformar em luta pelo poder.

"Se o movimento operário capitalista diante da frente unida do capital e da reação, então não poderá sequer defender o que foi conquistado nos últimos anos. Os capitalistas poderão impor tudo aquilo que já exigem: a redução dos salários reais em até 15 ou 20%, a liquidação da estabilidade".

Os comunistas da Alemanha consideram que "o movimento pelas 35 horas, depois de dificuldades iniciais, assumiu uma dinâmica própria. Mais de 800 mil companheiros tomaram parte em greves de advertência." Para eles o caminho da vitória são "as greves nas principais fábricas e ramos da indústria metalúrgica; greves nas principais regiões de cada Estado".

## Albânia relembra luta antifascista

O povo albanês comemora este ano o 40º aniversário da libertação do país e do triunfo da revolução popular. Um dos momentos decisivos dessa gloriosa epopéia foi a realização do 1º Congresso Antifascista de Libertação Nacional, entre os dias 24 e 28 de maio de 1944, na cidade libertada de Permet.

Naqueles tempestuosos dias, quando uma parte do país ainda estava sob ocupação das hordas hitleristas, em toda a Albânia ardiavam as chamas da Guerra Patriótica. O povo, unido em torno da Frente Antifascista de Libertação Nacional e mobilizado nos destacamentos armados, sob a direção do Partido Comunista Albanês (hoje, Partido do Trabalho), travava luta desigual. Nas áreas ocupadas, os fuzis guerreiros dizimavam numerosas divisões do exército alemão, enquanto nas cidades e povoados já libertados preparava-se a ofensiva final da grande insurreição armada do povo que só cessaria com a completa vitória, em 29 de novembro de 1944.

### ESTADO NASCIDO NA REVOLUÇÃO

Avaliando o estágio alcançado pela luta na Albânia, a correlação de forças favorável às massas, e tendo em conta também o desenrolar dos acontecimentos no front externo, o Comitê Central do PC Albanês julgou maduras as condições para impulsionar o processo revolucionário. A reação interna, por seu lado, articulada com os anglo-americanos, participantes da grande aliança antifascista, tentava preparar o terreno para o retorno ao país do ex-rei Ahmet Zogu, a fim de galvanizar o poder quando se consumasse a expulsão dos alemães. Colocava-se na ordem do dia, ao lado da continuidade da luta pela completa libertação da Albânia, a questão do poder político. Esta a tarefa estratégica que o Congresso, rea-

lizado na cidade libertada de Permet, foi chamado a cumprir.

Os delegados, eleitos em todas as regiões do país — libertadas ou ainda sob ocupação —, dirigiram-se ao Congresso imbuídos de patriotismo e espírito revolucionário. Aquele grande Assembléia não representava interesses estreitos de grupos ou clãs, mas os anseios do povo insurreto, que se batia por uma pátria livre e soberana.

Por isso, com inabalável decisão revolucionária, proclamaram em alto e bom som que ali se reuniam para "construir a Nova Albânia democrática e popular, segundo a vontade do povo que hoje se expressa solenemente através do Conselho Antifascista de Libertação Nacional". (Resoluções do Congresso de Permet, in "História do PTA").

Este Conselho foi eleito pelo Congresso como o "maior órgão legislativo e executivo da Albânia livre, como representante da soberania do povo e do Estado albanês" (fonte citada), recebendo assim as atribuições de governo provisório democrático-popular. Neutralizando as tentativas para criar um governo reacionário que reentronizasse Ahmet Zogu, o Congresso proibiu o seu retorno à Albânia e decidiu pelo "não reconhecimento de nenhum outro governo que se criasse dentro ou fora do país contra a vontade do povo albanês" (fonte citada).

Do Congresso de Permet emanaram outras importantes resoluções, como a de prosseguir a luta pela instauração do poder de democra-

cia popular em toda a Albânia e de romper com todos os acordos lesivos à soberania nacional, assinados nos tempos do governo de Ahmet Zogu. Dessa forma, surgia no fogo da luta o Estado de Democracia Popular na Albânia.

### TRANSFORMAÇÕES PROFUNDAS

Este Estado, definitivamente implantado com a completa vitória da revolução seis meses depois, e mais adiante, com a proclamação da República Popular da Albânia pela Assembléia Constituinte em 11 de janeiro de 1946, realizou a reforma agrária radical, tornou o país completamente independente, concretizou a democracia para as amplas massas, democratizou o ensino e a cultura, golpeou a reação interna e fez o país ingressar no período da construção do socialismo. Com o passar dos anos e o avanço da edificação socialista, converteu-se paulatinamente num Estado de Ditadura do Proletariado.



Os participantes do Congresso de Permet, em maio de 1944

As profundas transformações econômicas, políticas e culturais ocorridas nesse período levaram a que a Assembléia Popular, órgão máximo do poder na Albânia, após um processo de debates de que participou a totalidade da população adulta do país, aprovasse em dezembro de 1976 a nova Constituição da Albânia. A partir daí o país recebeu nova denominação — República Popular Socialista da Albânia — e uma legislação que refletiu no plano da superestrutura jurídico-política as novas relações econômicas e sociais geradas por um regime superior — o Socialismo.

Hoje, unido em torno do Partido com Enver Hoxha à frente, o povo albanês colhe vitórias em todos os terrenos e prepara um futuro ainda mais progressista e feliz, fruto da luta tenaz que travou e dos passos acertados que deu na sua caminhada histórica. (José Reinaldo Carvalho, da Associação de Amizade Brasil-Albânia, AABA)

## Comunistas são condenados à morte na Turquia

O governo turco condenou, recentemente, sete membros do Partido Comunista Revolucionário da Turquia (TDKP) à morte. O julgamento dos marxistas-leninistas foi realizado por um tribunal militar de Adana, sul do país. Dois comunistas foram condenados à prisão perpétua e outros 7 a penas de 3 a 12 anos de prisão.

Em Istambul está correndo o julgamento de cerca de 300 antifascistas; metade dos quais enfrentam a condenação à morte. Em meados de abril, 40 presos políticos tinham sido condenados à pena capital.

## Mineiros grevistas fazem passeata na Grã-Bretanha

Continua a greve dos mineiros na Inglaterra, que há mais de dez semanas paralisa 120 minas britânicas. No início da semana passada 15 mil grevistas realizaram uma passeata em Mansfield, no centro carbonífero de Nottinghamshire. A manifestação contou com o apoio de trabalhadores de outras categorias e visava fazer com que os mineiros da região aderissem à greve. "Nossa luta é a sua luta, mas eles parecem não compreender isso",

disse uma manifestante, a respeito dos fura-greves.

A primeira-ministra Margaret Thatcher afirmou que seu governo "lava as mãos" diante do problema. Mas na verdade ela é diretamente responsável pela greve: os trabalhadores estão lutando contra a decisão do governo de fechar várias minas, acarretando o desemprego de milhares de mineiros.

Enquanto a "Dama de Ferro" faz sua encenação de Poncio Pilatos, os policiais fazem o serviço dos

soldados do antigo império romano: investem com furor contra os revoltosos. Mais de 300 mineiros já foram presos por participarem dos piquetes de greve. Alguns trabalhadores já foram até baleados pelos agentes da repressão.

Os grevistas contam, contudo, com o apoio de seus irmãos de classe: um fundo de apoio à greve está sendo recolhido por diversos sindicatos nas principais fábricas do país.

## Leia a revista Princípios

O nº 8 sai na próxima semana Neste número:

**O Trotskismo — corrente política contra-revolucionária:** artigo do veterano dirigente comunista João Amazonas criticando, de um ponto de vista marxista-leninista, as teorias falsas de Trotsky e seus seguidores.

**O marxismo — doutrina sempre jovem e imortal:** artigo de um dirigente do Partido do Trabalho da Albânia sobre a atualidade e a força das idéias de Marx.

**O papel social de arte progressista:** informe do eminente pensador e teórico marxista-leninista, Andrei Zhdanov, companheiro de Stálin, no curso de um amplo debate desenvolvido na União Soviética, no imediato pós-guerra, sobre o papel social da arte.

**O freudismo e os "freud-marxistas":** artigo publicado pela primeira vez em 1931 na União Soviética no qual são criticadas as opiniões daqueles que buscam em vão estabelecer pontos de convergência entre o materialismo filosófico marxista e a doutrina idealista de Freud. E mais:

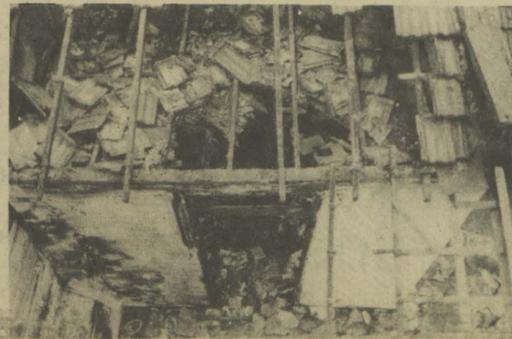
**Em defesa da liberdade:** discurso histórico de Maurício Grabois contra a cassação dos mandatos dos deputados comunistas em 1948.

**A atualidade de "Materialismo e Empirio-crítico":** artigo de Olival Freire Jr.

**Os quilombos de Salvador:** nota histórica de autoria de Manoel S. Santos Neto.

Pedidos à **Editora Anita Garibaldi Ltda.** Rua Adoniram Barbosa, 53. CEP. 01318 — São Paulo, SP.

Enviar cheque nominal no valor de Cr\$ 2.000,00 (por exemplar). A assinatura, que dá direito a receber 4 números, custa Cr\$ 8.000,00.



## Ajude a Tribuna Operária

Trabalhador. Democrata. Responda ao ataque dos fascistas à Tribuna Operária. Faça uma assinatura do jornal. Se não puder fazer a assinatura de reconstrução, faça uma assinatura simples. Precisamos de apoio político e material.

Desejo receber em casa a Tribuna Operária. Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., no valor abaixo assinalado. Rua Adoniram Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Assinatura de Reconstrução: Cr\$ 30 mil

- Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 20.000,00  
 Anual comum (52 edições) Cr\$ 10.400,00  
 Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 9.000,00  
 Semestral comum (26 edições) Cr\$ 4.500,00  
 Anual no exterior US\$ 70,00

Nome: .....

Endereço: .....

Barrio: ..... Cidade: .....

Estado: ..... CEP: .....

Profissão: ..... Data: .....

CDM  
 Fundação de Documentação e Memória  
 Fundação Maurício Grabois

## Retomada da mobilização por diretas-já

Seguindo orientação do Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Diretas, São Paulo realizará no dia 25 uma "Noite do Barulho" pelas diretas, com manifestações na Praça da Sé. Também em Brasília será realizada a "Noite do Barulho", 25 de maio, convocando para um grande comício a ser realizado dia 1º de junho na capital da República.

O centro das discussões na plenária do Comitê Estadual Pró-Diretas de São Paulo, dia 14, foi a proposta de Dinéias Aguiar, da Comissão Nacional pela Legalidade do PC do Brasil, de se fazer "uma concentração popular, na praça da Sé, para ali fazer o 'barulho' dia 25, e personalidades e representantes de entidades pró-diretas discursarem".

De imediato o presidente do PT em São Paulo, Devanir Ribeiro, colocou obstáculos: "Uma jornada do barulho é mais fácil que uma concentração. Daqui para o dia 25 faltam poucos dias..." Clara Ant, da CUT e filiada ao PT, também viu dificuldades, propôs a realização de um ato em recinto fechado ("no Teatro Municipal ou algum local menor", disse) e ainda falou da necessidade de se preparar a greve geral que, segundo ela, "não é um problema do movimento sindical, mas dos partidos políticos em primeiro lugar".

No entanto o vice-governador Orestes Quêrcia apoiou expressamente o ato central: "Acho que deve ser feita a concentração na Sé. O governo federal busca a desmobilização da opinião pública. Se isso é alcançado, fica mais fácil para ele manobrar. Não podemos ficar de braços cruzados. É fundamental que continue a mobilização popular". Representantes de outras entidades, como UPES, UNE, Comitê Pró-Diretas do Centro, Wolfgang Maar (da Andes e da CUT), também posicio-

naram-se favoravelmente à idéia da manifestação dia 25. O representante do Sindicato dos Metalúrgicos, Luis Antônio, foi incisivo: "Só conseguiremos convencer os deputados com o povo nas ruas. Estamos na defensiva em voltar às ruas. Não é contraditório o 'caçarolazzo' e o ato na Sé. É possível".

Tais posicionamentos acabaram por convencer os recalcitrantes da truculência do regime militar que recorreu às medidas de emergência e ao general Newton Cruz para reprimir as manifestações. Assim, o Comitê local resolveu convocar para 1º de junho um grande ato, na torre da TV. No dia 25, a "Noite do Barulho" servirá para convocar o povo para esse comício. Várias atividades já estão sendo realizadas para remobilizar a população, entre as quais dezenas de palestras e debates nas cidades satélites, escolas, universidades e sindicatos. (Carlos Pompe e sucursal de Brasília)

### GRANDE COMICIO

Em Brasília o povo ainda não pôde realizar um grande comício, devido à truculência do regime militar que recorreu às medidas de emergência e ao general Newton Cruz para reprimir as manifestações. Assim, o Comitê local resolveu convocar para 1º de junho um grande ato, na torre da TV. No dia 25, a "Noite do Barulho" servirá para convocar o povo para esse comício. Várias atividades já estão sendo realizadas para remobilizar a população, entre as quais dezenas de palestras e debates nas cidades satélites, escolas, universidades e sindicatos. (Carlos Pompe e sucursal de Brasília)

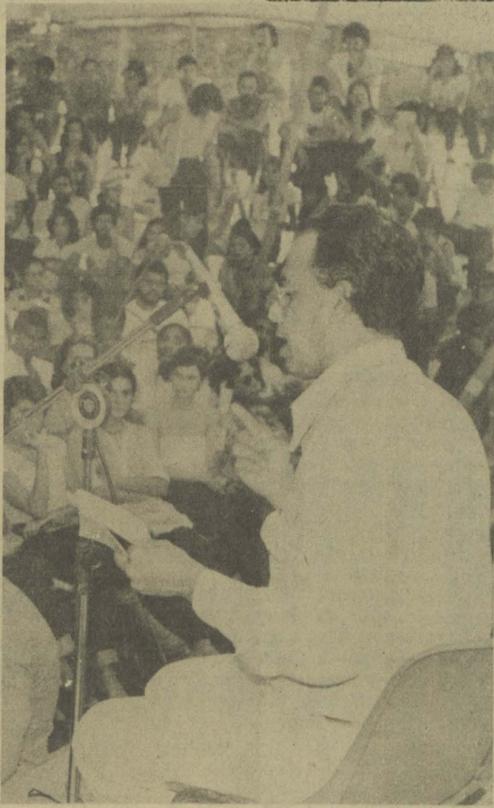
# Haroldo reafirma: "Somos contra essa negociação"

A esquerda quer negociar as diretas-já com o governo? O PC do Brasil quer negociar? Num discurso de polêmica e ataque cerrado aos conciliadores abrigados na oposição, pronunciado segunda-feira dia 14, o deputado federal Haroldo Lima (PMDB-BA) responde estas indagações e prega "uma nova e ainda mais forte mobilização popular em defesa das diretas-já".

A primeira fase da grande campanha nacional pelas Diretas-Já, que se encerrou em 25 de abril, registrou vitórias memoráveis do movimento popular e democrático brasileiro. O grande anseio de mudar uma situação que já perdura há 20 anos, esmagada por sofrimentos decretados, liberdades golpeadas e patriotismo ultrajado, conduziu às maiores manifestações populares e políticas jamais vistas na história do Brasil.

No momento em que é necessário encaminhar corretamente a segunda fase dessa grande campanha pelas diretas-já é pertinente extrair algumas lições importantes que surgiram nesse primeiro momento da campanha. Antes do desencadear das mobilizações de rua pelas diretas-já, as hostes governamentais estavam unidas na idéia de que o Colégio Eleitoral funcionaria a contento. As fileiras oposicionistas não estavam unidas na idéia das diretas-já. Propostas alternativas eram abertamente ventiladas, como as de buscar uma candidatura de consenso no Colégio Eleitoral ou a de se prorrogar o mandato do general Figueiredo. Os grandes comícios já começavam a se fazer e a cobertura da grande imprensa era discreta, salvo o exemplo meritório da "Folha de São Paulo". A principal rede de televisão, a "Globo", não deu qualquer notícia sobre o comício em Curitiba, abrindo a campanha e o maior comício já realizado naquela cidade, nem fez qualquer menção à única e verdadeira razão do primeiro grande comício em São Paulo, o que reuniu 400 mil pessoas na Praça da Sé para reivindicar as diretas-já. Contando com a desmobilização, iniciativa e firmeza do presidente Ulysses Guimarães, os comícios pelas diretas-já começaram a se suceder e a crescerem de importância. E a lição maior que temos a tirar desses acontecimentos é a de que o fator decisivo que levou as oposições a se unificarem em torno das diretas-já e que atraiu inestimável apoio da grande imprensa e de todos os mais expressivos setores sociais foi o povo na rua expondo-se como personagem política decisiva, estabelecendo a sua vontade. O apelo a métodos fascistas de governo, como as medidas de emergência autocraticamente definidas e estupidamente executadas sob o rebenque do general Newton Cruz, e as ameaças e chantagens feitas a membros descontentes do PDS, tudo isso fez com que as diretas-já não tenham conseguido os 2/3 dos votos necessários para a sua aprovação pela Câmara, apesar de ter obtido uma flagrante maioria de 298 votos. Um grupo de 55 deputados do PDS se afirmou como setor independente, e cresceu aos olhos da nação, preferindo, na hora grave, corresponder à expectativa do povo do que ficar com a subserviência à orientação governamental.

Após a derrota parlamentar da emenda Dante de Oliveira e tendo havido a apresentação de uma emenda governamental começou uma segunda fase da luta pelas diretas-já. O governo tomou logo a iniciativa de acenar com a sua emenda



O deputado da Bahia propõe "uma mobilização ainda maior"

ruptura é vital ser ele eleito pelo povo, através de eleições livres e diretas. Só assim poderá estabelecer um clima de amplas liberdades políticas, de liquidação dos casuísmos e leis arbitrárias, de convocação da Constituinte e de um plano de emergência para atender aos problemas cruciantes do país e do povo. Os que adulteram o sentido dessa posição o fazem ou por desinformação ou por má fé, com a nítida intenção de se-mear a confusão e a discórdia nas hostes oposicionistas mais aguerridas.

### "Retorno do povo às ruas será o fator de unificação"

Todas essas opiniões diferentes e desencontros de informações refletem a complexidade do problema e a existência de diferentes tendências nas oposições. Todavia elas proliferam quando não têm um forte fator de unificação presente. E este fator será, sem dúvida, o retorno do povo às ruas, tal qual se deu na fase anterior da luta.

Na nova situação em que o grupo Pró-Diretas do PDS, com o apoio das oposições, apresentou um substitutivo à emenda do governo, re-colocando a questão das diretas-já na ordem do dia, aprimora-se a tática de luta das oposições. Agora, já não cabe defender apenas as diretas-já, nem mesmo dizer somente que elas são inegociáveis. Se a defesa das diretas-já for feita de maneira formal, o substitutivo inevitavelmente irá à votação e fatalmente será derrotado. Seria uma falsa defesa das diretas-já. A verdadeira defesa dessa bandeira está visceralmente ligada à disposição de mobilizar as massas para conquistá-la. Mobilizar para as diretas-já é a orientação que melhor se coaduna com as necessidades postas. E, se bem que a linha de negociação ganhou certa força, de uns dias para cá a linha da mobilização está crescendo.

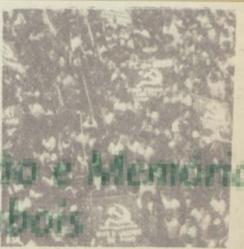
Ontem, aqui mesmo em Brasília, na proletária cidade-satélite de Ceilândia, mais de 5 mil pessoas participaram de um comício pelas diretas-já e pela representação política para o Distrito Federal. Em data a ser marcada ainda hoje, Brasília fará o seu grande comício pelas diretas-já, que não pôde fazer na véspera da votação da emenda Dante por causa do arbitrio e da violência das medidas de emergência. Pequenas, médias e grandes manifestações ocorrerão nos mais diversos Estados. O triângulo São Paulo-Rio-Brasília Gerais far-se-á presente neste momento decisivo, realizando grandes manifestações que devem igualar ou até mesmo superar as manifestações do começo do ano. É fundamental, para que isso ocorra, que os governadores oposicionistas desses Estados integrem-se de corpo e alma nessa segunda fase da campanha, ajudan-

do a mobilizar o povo para as ruas. No contexto dessas manifestações, grandes greves poderão ocorrer. Para o próximo dia 22 já está marcada uma greve nacional de 60 a 70 mil funcionários e professores das universidades federais brasileiras. Ainda este fim de semana, na reunião do Conselho da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras — Conclat — realizada em Recife, ficou decidido que essa articulação sindical entrará em contato com a Central Única dos Trabalhadores — CUT — para convocarem em conjunto uma Plenária Nacional de Entidades Sindicais, nos próximos dias 2 e 3 de junho, onde será debatida a possibilidade de uma greve geral pelas diretas-já. Além disso, o Conselho da Conclat aprovou um documento proclamando todos os trabalhadores a "prosseguirem na luta para conquistar as eleições diretas imediatamente".

### "Não há como agüentar mais um governo biônico"

Quer dizer, começam a surgir as condições objetivas para uma nova e ainda mais forte mobilização popular em defesa das eleições diretas ainda este ano. A tese que agora deve-se abandonar as mobilizações populares e partir-se para uma negociação de cúpula, de bastidores, à margem do povo é inaceitável e incorreta. O Colégio Eleitoral, espúrio e ilegítimo, está condenado pela maioria da nação. Terá o seu fim e será enterrado quando da aprovação das diretas-já. A questão decisiva que se coloca no momento é a de mobilizar o povo para se conquistar a vitória.

Na ordem do dia está posta a necessidade imperiosa de mudar. O povo já deixou claro que não agüenta mais outro governo biônico. Não agüenta mais a manutenção do regime militar que há 20 anos infierza a nação. E, portanto, para proceder a essa mudança exigida pelo povo, para efetuar a travessia entre o arbitrio e a verdadeira democracia, de cunho popular e democrático, são necessárias alterações fundamentais na vida do país. Até um eventual governo de transição necessitará da indispensável força que só a eleição popular dá para, além de fazer avançar a democracia no país, tomar medidas contra o FMI, em defesa da soberania nacional em frangalhos, em favor do povo há tanto vilipendiado por salários confiscados e direitos desrespeitados.



para uma negociação. O objetivo era dividir a oposição, deslocar o debate para dentro do Congresso, conter o povo, desmobilizá-lo e, com o rótulo de negociação ou entendimento, impor uma capitulação às oposições. Estas saíram da primeira fase da campanha profundamente comprometidas em praças públicas de todo o país com a bandeira das diretas-já. O governo, com olímpico desprezo ao povo, arrogantemente declara que com as diretas-já ele não concorda e não transige. Quer "negociar", desde que as oposições, que firmaram com o povo de todo o país o compromisso de que as diretas-já são inegociáveis, rompa solertemente com esse seu compromisso de honra e se ajoelhe ante a vontade imperial de um governo desmoralizado, desorientado e oligárquico. De fato o governo não quer negociar com a oposição, quer, isto sim, é que ela capitule.

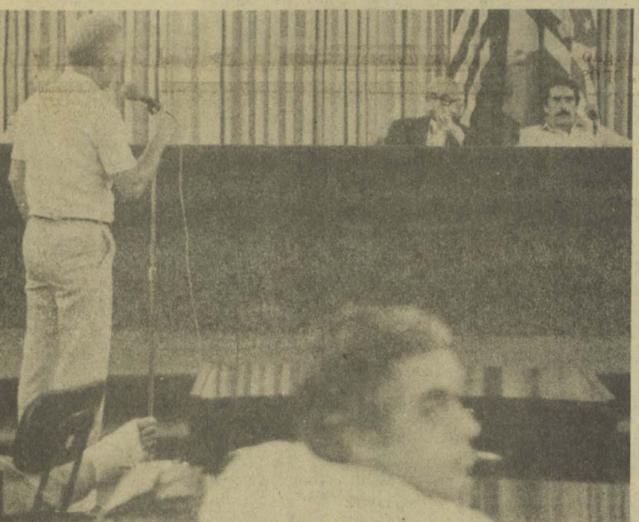
### "Proliferam teses onde a capitulação vai embutida"

Não somos, em princípio, contra toda e qualquer negociação. Somos contra essa negociação para a qual o governo tenta atrair a oposição. Em defesa da idéia da negociação recorre-se, às vezes, ao exemplo dos guerrilheiros vietnamitas que negociavam com os americanos em Paris enquanto a guerra continuava nas terras de sua pátria. Sim. Os vietnamitas queriam expulsar os invasores americanos de suas terras. E, sem suspender a luta nos campos de batalha, negociavam os mecanismos pelos quais todos os americanos deveriam deixar a pátria vietnamita. Aí a negociação não era igual à capitulação. Como não seria capitulação discutirmos com quem quer que seja os mecanismos e as circunstâncias que facilitassem a viabilização das diretas-já.

Contudo, depois de 20 anos de ditadura militar, de obscurantismo, de desorganização e desmobilização popular, aquela gigantesca personagem da História — o povo nas ruas — quando se ausenta das praças não fica substituindo automaticamente por suficientes e eficientes canais de

representação. O povo fora das ruas deixa um vazio que propicia a confusão de idéias, a hesitação, a vacilação. E esse início da segunda fase da campanha assistiu, com a ausência das mobilizações populares, ao ressurgimento de certos sinais que estiveram presentes de forma mais ou menos parecida quando do início da campanha. As oposições não estão de novo unificadas em torno das diretas-já. Proliferam diferentes propostas de negociação e no meio delas a capitulação vai embutida.

As pressões se multiplicam especialmente sobre o presidente Ulysses Guimarães por causa da sua tenacidade em manter alta a bandeira das diretas-já. Setores governamentais procuram até mesmo usar o nome do governador Tancredo Neves para semear confusão e desesperança nos meios da oposição. E a partir do reiterado e efetivo espírito conciliador do Partido Comunista Brasileiro, que por isso mesmo ganha espaço nobre na grande imprensa, especula-se com a idéia de que a esquerda quer negociar e difundem-se absurdas notícias de que até mesmo o Partido Comunista do Brasil também teria aderido à tese da negociação. Inclusive um "racha" nas fileiras dessa organização, colocada na ilegalidade por força do arbitrio, foi inventado. Na verdade, a posição do PC do Brasil é clara. Na semana passada, essa combativa organização política divulgou à imprensa e aos meios políticos um documento, intitulado "Mobilização popular e democracia para vencer as forças reacionárias". O documento considera inaceitáveis as propostas do general Figueiredo, crítica a negociação em curso, rechaça a proposta de um governo de quatro anos unido pelo desmoralizado e espúrio Colégio Eleitoral e reafirma suas conhecidas posições em defesa da mobilização popular, da luta pelo fim do regime militar, pelas diretas-já e por uma Constituinte em 1986. No documento o PC do Brasil admite a possibilidade de que, dos debates políticos, possa surgir um governo de transição, mas que seja realmente um governo de ruptura com o regime militar e não um governo de compromisso com esse regime. Para que esse eventual governo de transição, de curta duração, tenha essa característica de



João Amazonas saudado na Câmara de Vereadores de S. José dos Campos

## Amazonas repele negociação em torno das diretas

No dia 10 de maio o veterano dirigente comunista, João Amazonas, proferiu palestra na Tribuna Livre da Câmara Municipal de São José dos Campos (São Paulo). Na oportunidade Amazonas afirmou que "não deve haver negociação em torno das eleições diretas-já", que ele considera o direito mínimo do povo brasileiro. "Quem concede o mínimo fica reduzido a nada", frisou.

O vereador Antônio Celso Escada, do PMDB, saudou em nome da Câmara o palestrista: "João Amazonas, sendo Coordenador Nacional da Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil, defende a derrubada da ditadura militar, a demolição de toda a máquina estatal burguesa-monopolista. Defende a conquista de uma democracia operária e popular. Defende a participação e a representação política do povo nos órgãos de um novo poder. Defende a extinção dos órgãos especiais de informação e repressão política". O vereador destacou que a ação de Amazonas "é vinculada ao povo; com um programa político, acreditando na luta do povo a partir da elevação da consciência dos homens simples, na defesa dos seus direitos e na

preparação do futuro que só se efetivará a partir de sólida base popular".

### "A GRANDE PIADA"

Em sua palestra, intitulada "O Direito do Povo Votar", João Amazonas afirmou que temem as diretas "todos aqueles que podem chegar à coroa presidencial à custa de cambalachos, de compra de votos, e da corrupção desbragada".

O líder comunista frisou ainda que, no entender do governo Figueiredo, a crise está sendo superada e sobe a oferta de empregos. "Esta é que é a grande piada dos dias de hoje. Não, como disse o antigo presidente, de triste memória, general Médici, a respeito das eleições diretas. Piada é justamente este regime, um regime antipovo e antinacional, que atirou milhões de brasileiros à condição da mendicância".



# “Diretas-Já” vitoriosa na UBES

Os secundaristas brasileiros encerraram seu 23º Congresso, em Osasco, elegeu a chapa *Diretas-Já*, composta pela maior parte das correntes de opinião que atuam no movimento estudantil. O Congresso mobilizou cerca de 1.800 delegados vindos de todos os Estados do país, desde o Acre até o Rio Grande do Sul, e refletiu as posições da maioria dos presentes.

A chapa vencedora, *Diretas-Já*, expressou bem o estado de espírito da esmagadora maioria dos delegados, que se pronunciaram “contra qualquer forma de negociação para a sucessão que comprometa as diretas-já”. Por isso decidiram continuar participando de todas as mobilizações em prol das diretas, inclusive apoiando uma greve geral dos trabalhadores, caso ela seja decidida unitariamente pelo movimento sindical, CUT e Conclat.

Outra decisão no que se refere à questão nacional foi o apoio a uma Constituição livre e soberana, precedida do fim do regime militar. Ao final dessa discussão, a plenária apoiou por unanimidade uma moção de repúdio aos atentados sofridos pelo jornal *Tribuna Operária* e pela Anistia Internacional, bem como contra a invasão do jornal “*Hora do Povo*”. O Congresso também se pronunciou a favor da legalização de todas as correntes de pensamento e pelo fim da LSN.



Foto: L. Carlos Leite



Os delegados elegeram Delcimar para presidente da UBES

cundarista.

## MAIS VERBAS

Quanto às questões educacionais, os secundaristas pronunciaram-se contra a cobrança de qualquer espécie de taxa nas escolas públicas, por maior democracia nas escolas, pela participação dos estudantes nos Conselhos Estaduais e Federal de Educação, pela imediata legalização e reconhecimento das entidades estudantis, pela redução dos aumentos nas escolas pagas, pela eleição dos diretores das escolas com participação de alunos, professores e funcionários, pela autonomia dos centros cívicos e pela concessão de 12% do orçamento nacional para a Educação.

Embora não houvesse tempo para discussão das questões internacionais na plenária, alguns pontos foram aprovados por consenso em todos os grupos, como: apoio à autodeterminação dos povos; solidariedade aos povos da Nicarágua, El Salvador e América Central; apoio à luta dos povos latino-americanos contra as ditaduras militares, com destaque para Chile, Uruguai, e Bolívia; e apoio ao povo palestino.

## RESPOSTA AO REGIME

Segundo o presidente eleito, Delcimar Pires, “os estudantes se mobilizaram no sentido de dar uma resposta à política educacional do regime. O que vimos no ano passado foi a re-

construção de dezenas de entidades. Os estudantes passaram a mobilizar-se por escola, discutindo diretamente os problemas que enfrentam, como o baixo nível de ensino.

“O Congresso — prosseguiu Delcimar — teve uma particularidade importante. Todas as correntes de opinião participaram de forma ampla e aberta do debate de todas as questões. Isso mostrou que havia um interesse maior, que unia a todos, por mais verbas para a Educação, democracia nas escolas e Diretas-Já.

O Congresso de Osasco evidenciou o crescimento do movimento secundarista. Embora reconstruída há apenas três anos, a UBES já conseguiu realizar três congressos e, desta vez, reunindo estudantes de todo o país. Não por acaso o movimento está sendo disputado por todas as correntes políticas, inclusive setores da direita.

Nesta disputa surgiram alguns problemas. A tendência ligada ao jornal “*O Trabalho*”, por exemplo, boicotou o evento a pretexto de que não havia condições materiais para realizá-lo. Já a bancada ligada ao “*Alicerce*”, mesmo reconhecendo que havia perdido a votação quanto à forma da eleição da diretoria (em urnas ou no congresso), exigiu a contagem dos votos, atrasando o andamento do Congresso. E elementos infiltrados na ban-

## Osasco hospedou o Congresso

Ao contrário do que ocorreu no ano passado, o 23º Congresso da UBES teve uma excelente infra-estrutura. O prefeito de Osasco, Humberto Parro, e sua assessoria desdobraram-se para abrigar os secundaristas e garantir a realização do evento.

Conforme declarou Parro, “o direito de reunião e organização é uma das liberdades democráticas fundamentais, e a juventude secundarista tem todo o direito de se reunir em seu Congresso e prosseguir na reorganização de sua entidade nacional. A uma administração como a nossa cabe respeitar esse direito e ajudar para que tenha condições materiais de ser exercido.

“Por outro lado — prosseguiu — nenhuma democracia verdadeira será construída em nosso país sem a participação organizada dos jovens e, portanto, sem o fortalecimento de entidades estudantis unitárias e representativas. Por esses motivos, a Prefeitura, os trabalhadores e os democratas de Osasco sentem-se orgulhosos de ajudar a UBES a realizar o seu Congresso”.



O prefeito de Osasco

cada ligada ao jornal “*Hora do Povo*” resolveram também criar confusão jogando alimentos, vidros e pedaços de pau na bancada do “*Alicerce*”. Apesar destes problemas, a tônica do Congresso foi a unidade e a combatividade do movimento secundarista. (Olívia Rangel).



Foto: L. Carlos Leite

Luisa Moraes, na Livraria Pagu

## Lançado livro sobre emancipação das mulheres

Na quarta-feira, dia 16, Luisa Moraes autografou na livraria Pagu, no Teatro Ruth Escobar, o livro “*Em Defesa dos Direitos e da Emancipação da Mulher*”. Trata-se da intervenção da autora em reunião de marxistas-leninistas defensores da legalidade do Partido Comunista do Brasil.

O livro foi lançado pela Editora Anita Garibaldi, em colaboração com a livraria Pagu e a União de Mulheres de São Paulo. Cláudia de Castro, proprietária da Pagu e autora teatral, afirmou que é importante “divulgar a obra da mulher”.

A presidente da União de Mulheres de São Paulo, Maria Amélia Teles, afirmou que “a obra defende aspectos da luta da mulher que a UMSP também defende, como a união da luta específica das massas femininas com a luta geral de todo o povo por liberdade; pela incorporação de milhões de mulheres nesta batalha, um problema que deve ser resolvido a nível nacional, pela conquista de um mundo novo”.

A assessora da deputada Ruth Escobar, Iná Machado de Oliveira, disse que estava ali em nome da deputada e porque também apoiava toda mulher que luta para alargar os horizontes das massas femininas. Ainda estiveram presentes representantes do Conselho da Condição Feminina, do Movimento Negro do PMDB e do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

## DOPS de Minas impede enterro dos indiretistas

Na tarde do último dia 14, no centro de Belo Horizonte, o DOPS arrancou, com violência das mãos de 4 mulheres um caixão simbólico que seria usado no “enterro” dos 13 deputados mineiros que votaram contra as diretas-já. O ato havia sido convocado pelos movimentos de mulheres para preparar o dia 25, Dia Nacional de Luta pelas Diretas-já. Vestidas de preto, as mulheres pretendiam também carregar no cortejo o troféu da conciliação nacional, uma enorme urna amarela, que nem chegou a ser retirada do carro devido ao cerco policial. Até uma coroa de flores que havia escapado do caixão e sido pendurada no portão do parque foi arrancada com violência pelo delegado Odilon, ao som de uma estrepitosa vaia das mulheres e dos populares presentes.

Jo Moraes, coordenadora do Movimento Popular da Mulher e uma das organizadoras do ato, considerou inaceitável a ação da polícia. “Estamos aqui — disse — reafirmando nosso desejo de continuar lutando pelas diretas-já. O elemento perturbador de todos esses acontecimentos tem sido a ação violenta da polícia”.

No dia 15 ocorreu em Fortaleza, no Ceará, um ato pelas diretas com a participação majoritária de mulheres. A manifestação começou às 9 h da manhã e se prolongou até as 21 h, com show e danças, além de discursos. Mais de 3 mil pessoas participaram, além dos passantes, causando grande impacto na população.

## Golbery e Médici querem a volta do fascismo

Médici e Golbery falam à imprensa. O fato em si já seria de admirar. Mas além disto posam de inocentes. Golbery fala em respeito às regras do jogo e chama de “trapaça” as pressões que existiram dentro do próprio sistema contra seu candidato, Paulo Maluf. Médici diz que não acredita em entendimentos porque “os oposicionistas são intransigentes”.

E bem o retrato do regime. Dois carrascos desmoralizados, um trapaceiro profissional e o outro torturador incorrigível, é a reserva que ainda resta ao arrogante sistema montado pelo golpe de 1964. Os dois não têm nada a dizer. Seu papel é apenas confundir, jogar lama, e criar um clima propício à ofensiva da direita mais empedernida.

O general Médici sai em campo para defender o ato 5, para justificar a tortura e a censura à imprensa. De quebra ainda trata de embelezar a construção da Transamazônica e da ponte Rio-Niterói, fontes inesgotáveis de corrupção e de enriquecimento ilícito. O general Golbery aproveita a oportunidade para acusar o povo de rebelde, sempre manipulado pelas cúpulas. Com isto, tenta bombardear a campanha pelas diretas-já.

O fato de os dois esboçarem “críticas” aos atuais governantes é secundário. Eles não saíram da tumba por conta própria. Esta coisa de prêmio no fundo se realiza em comum acordo com o regime. As próprias entrevistas significam na prática uma luta para servir ao poder vigente.

# Nova tática dos banqueiros para a dívida

A súbita alta das taxas internacionais de juros desencadeou grande movimentação de credores e devedores. Os próprios banqueiros, sentindo a chegada de novo impasse, articulam alternativas para não perderem sua galinha de ovos de ouro. Paul Volcker, principal autoridade monetária norte-americana, propõe uma “capitalização dos juros”.

Essa palavra pomposa, “capitalização”, apenas quer dizer que uma parte dos juros não será paga agora mas acrescentada ao valor total da dívida a ser paga mais tarde. Se fosse aplicada integralmente no Brasil, nossa dívida, depois de um curto alívio, subiria em dois anos mais de 60 bilhões de dólares, ultrapassando os 160 bilhões. E com taxas ainda mais altas (exigidas pelos banqueiros para mais essa etapa). O pior é que nesse período as amortizações que foram “renegociadas” recentemente, acabariam tendo peso dobrado.

No centro da crise atual estão as taxas e o pagamento dos juros. São o fator que mantém o círculo vicioso: juros mais altos causam dívidas maiores para pagar juros, que por sua vez dão em juros maiores, apertando o torniquete. Em menos de dois meses os juros pularam 1,5%. Mas o que representa esse número? Parece uma porcentagem tão pequena em comparação com as altas taxas de juros vigentes no Brasil (acima de 300%).

Precisamos lembrar que o mercado financeiro mundial funciona na base do dólar. Portanto as taxas de juros devem ser comparadas com a inflação norte-americana. Muitos “economistas” de má fé dizem que os 12,5% atuais

são menores do que as taxas de até 21% vigentes em 1980. Eles omitem que a inflação nos Estados Unidos em 1980 estava em torno de 11%. Descontando (21 - 11 = 10) a inflação, a taxa real de juros em 1980 chegava a 10%. Hoje a inflação norte-americana está muito menor, em torno de 3% (primeiro trimestre de 1984); e a taxa de juros nominal está em 12,5%, o que dá uma taxa de juros real de 9,5%. Estamos com taxas de juros reais no mesmo nível das loucuras de 1980. Com uma terrível agravante: os países dependentes vivem a maior crise de sua história e as taxas adicionais que são obrigados a pagar (*spreads*) também subiram assustadoramente, ficando em média acima de 2%. Inventaram até uma taxa cínica, chamada comissão de renegociação (que aumenta os juros em mais 1%). Apesar de os devedores viverem à beira da destruturação econômica e social, pagam as mais altas taxas de juros da história recente.

Os países dependentes são as galinhas de ovos de ouro dos banqueiros internacionais. Veja o Brasil, por exemplo: caiu na arapuca da dívida externa, tendo sua situação agravada a partir do fim de 1979. Desde essa data foram aprofundadas a dominação e a



dependência do país ao capital financeiro internacional. Figueiredo passou a aplicar literalmente a política do FMI, ainda não de forma oficial — o que aconteceria dois anos depois.

Nesse período a tática foi a “rolagem da dívida”. Delfim ia de banco em banco, de país em país, de chapéu na mão, aceitando qualquer taxa de juros, fazendo dívidas para pagar mais dívidas. Não deu certo, estourou o montante da dívida e o governo, declarando-se impotente, entregou a administração do país ao FMI.

A partir daí, os banqueiros alteraram sua tática, passaram à fase da “renegociação da dívida”. Permitiram que o

país não pagasse as amortizações da dívida, desde que pagasse os juros e aceitasse um violento plano de recessão e arrocho, voltado para as exportações. Esta fase agora está se esgotando, o país já não consegue pagar juros tão elevados.

Nesses quatro anos, os banqueiros conseguiram destruir uma parte da economia brasileira e tentam arrebentar qualquer traço de soberania. Para os brasileiros, o resultado foi desastroso: uma recessão rigorosa, a dívida, que era de 50 bilhões, já ultrapassa 100 bilhões de dólares. O pagamento dos juros, que em 1979 absorveu 5 bilhões de dólares,

deve absorver em 1984 a astronômica quantia de 12 bilhões.

Os banqueiros têm mudado de tática: “rolagem da dívida”, “renegociação das amortizações” e agora a “capitalização dos juros”, contudo mantêm firme a sua estratégia de ampliar e prolongar a dominação sobre nosso país, mantendo-nos no círculo de ferro da dívida. A prática já demonstrou que todas as soluções propostas e aplicadas pelos banqueiros só aumentam a dívida. A única saída é a suspensão unilateral e imediata dos pagamentos da dívida externa. Depois a gente conversa com o Gonzaga.

**Greve nacional de professores universitários**

No último dia 15 de maio 35 mil professores das Universidades Federais autárquicas entraram em greve por tempo indeterminado. O movimento atingiu simultaneamente 18 universidades em vários Estados.

A greve foi decidida numa reunião nacional realizada nos dias 5 e 6 de maio, em Belo Horizonte, com a participação de representantes de 21 entidades de docentes. Os professores estão exigindo: reposição salarial de 64,8% a partir de janeiro de 1984; reajuste semestral igual ao INPC a partir de julho e garantido por lei; piso salarial de três salários mínimos; e verbas para o pleno funcionamento das escolas. Os professores decidiram fazer uma greve de ocupação. Estão desenvolvendo atividades culturais e políticas durante o movimento.

Os salários baixos e a falta de verbas são apontados pelos professores como formas de destruição do ensino público. Na Bahia, durante a assembleia que decidiu a paralisação, João Augusto, da Associação dos Professores Universitários da Bahia, fez importante denúncia. Pelos cálculos do orçamento de 1980 e utilizando índices de inflação da FGV, a verba da UFBA, (Universidade Federal da Bahia) para este ano deveria ser de 120 bilhões, apenas para funcionar. No entanto o Ministério da Educação só ofereceu até agora 25 bilhões. (das sucursais)

**Professores param as aulas em Goiás**

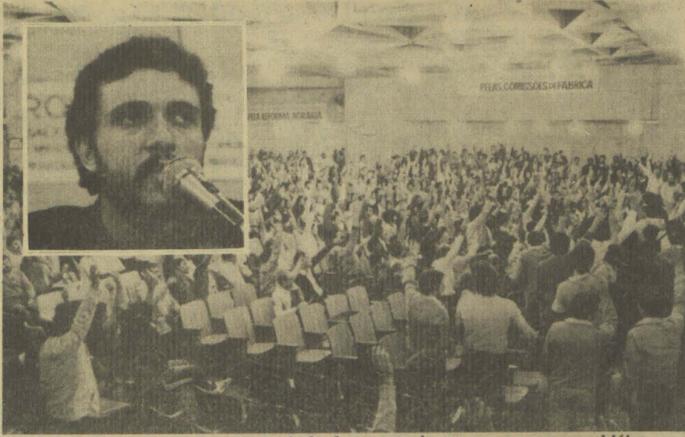
Em Goiás, 10 mil professores da rede municipal (de Goiânia) e estadual estão em greve. Eles consideram "uma farsa" o aumento proposto pelo governador do Estado, Irls Resende (PMDB), que foi calculado com base no salário-mínimo anterior, e não no atual, de Cr\$ 97.176,00. Os mestres exigem também mais verbas para a Educação, valorização do magistério, respeito ao Estatuto da categoria, eleições diretas-já, de diretor de escola e de presidente da República, entre outras reivindicações.

"Apesar de sua importância, a Educação é apenas um bico para quem leciona, pois não dá para sobreviver só com o que se ganha neste trabalho", desabafa uma das professoras. A direção do Centro dos Professores de Goiás reclama do governo uma postura "democrática e humana", ressaltando que "a greve não significa para os professores um rompimento da negociação". "O diálogo continua", afirma o CPG, "sendo que a greve é o protesto contra a protelação e o descaso."

Para o Sindicato dos Professores, "o grande responsável por esta situação de crise é o regime militar e as administrações anteriores, incapazes e corruptas". Mas alerta que não admite "que o governo do PMDB não cumpra seu programa e passe a utilizar-se dos mesmos argumentos e práticas do PDS, veementemente repudiados pelo povo goiano nas urnas". O movimento vem recebendo apoio da sociedade. (da sucursal)

**Assembleia**

O Centro de Cultura Operária de São Paulo realiza Assembleia Geral Extraordinária no dia 27 de maio, às 14 horas, em sua sede à rua Maria José, 326, Bela Vista, capital. A pauta da assembleia consta de: 1º) Preencher cargos vagos da diretoria, de vice-presidente e tesoureiro, respectivamente; 2º) Tratar do aumento das anuidades dos sócios; 3º) Discutir e lançar uma campanha de novos associados. "O CCO conta com a presença de todos os seus associados nesta Assembleia Extraordinária", afirma o presidente da entidade, José Duarte.



Cláudio (acima) elogia combatividade da categoria, expressa na assembleia

**A demonstração de força e coesão dos metroviários**

Os 4.800 metroviários de São Paulo demonstraram mais uma vez que formam uma das categorias melhor organizadas do movimento sindical brasileiro. Na assembleia decisiva da campanha salarial, no dia 15, era visível que os funcionários tinham todas as condições de paralisar o Metrô, que transporta mais de 1,3 milhão de pessoas por dia. Mais de 2 mil metroviários estavam presentes, na maior assembleia já realizada.

Outra prova de coesão e combatividade havia sido dada na semana passada, dia 9. Obteve sucesso absoluto o protesto dos funcionários contra a intransigência da empresa: os metroviários não-operacionais paralisaram suas atividades por uma hora; os operacionais trabalharam sem uniforme; e os altofalantes do Metrô foram usados para divulgar o movimento e pedir solidariedade da população.

**EMPRESA RECUA**

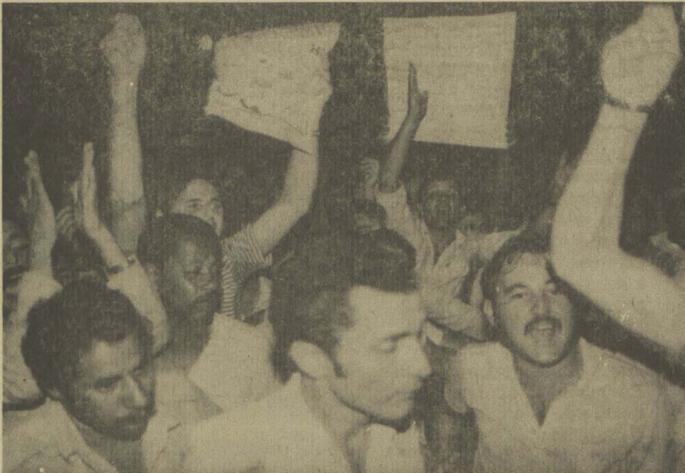
A empresa sentiu a disposição dos funcionários e, meia hora antes do início da assembleia, recuou. "Ela, que no início da campanha salarial queria cortar conquistas dos anos anteriores, teve que pedir água", comenta Cláudio Spicciatti, presidente do Sindicato dos Metroviários. A categoria pedia 175,64% de reajuste sobre o salário de junho passado; o Metrô concedeu 172,3% para os que ganham até três salários-mínimos. Em média todos os funcionários da empresa receberam entre 5 e 12% a

mais do que o estipulado pelo decreto 2.065, quebrando na prática a lei de arrocho do governo militar. O Metrô também se comprometeu a não realizar nenhuma dispensa nos próximos 12 meses.

O acordo foi aceito pela maioria dos presentes, apesar de alguns ainda falarem em greve para conquistarem as seis horas diárias para os operacionais e oito para os funcionários da manutenção — reivindicações recusadas pela empresa. "Mas, se fôssemos à greve, poderíamos pôr tudo a perder. Sentimos na negociação que a empresa chegou ao seu limite, que não saía mais leite desta vaca", comenta José Carlos, diretor do Sindicato.

Demonstrando consciência política, a ira dos metroviários foi reservada para o governo federal, principalmente para o ministro Murilo Macedo. Na semana anterior ele havia ameaçado intervir novamente na entidade da classe. Numa moção, aprovada por unanimidade e muitos aplausos, ficou deliberado que "o ministro, cuja obra tem sido acumular o maior número de intervenções em Sindicatos, é considerado *persona non grata* pela nossa categoria".

Como avalia Cláudio Spicciatti, "a maior vitória desta campanha salarial é que aumentou o nosso nível de organização e mobilização, acumulamos ainda mais força. Isto vai se refletir na maior participação do Sindicato. Apesar de já termos um alto índice de sindicalização (85% da categoria é associada), vamos melhorá-lo". (Altamiro Borges)



Já no dia 8 os motoristas fizeram passeata preparando a greve

**Motoristas de São Paulo em greve por reajuste de 85%**

Cerca de sete mil motoristas e cobradores de São Paulo decidiram, em assembleia realizada no último dia 16, ir à greve para enfrentar a intransigência dos patrões.

Segundo Miguel de Carvalho, diretor do Sindicato, "na última reunião os patrões chegaram a igualar a proposta da CMTC, de 3,5% acima do INPC." Mas esta proposta havia sido rejeitada pelos trabalhadores na assembleia do dia 9. Por isto, durante o dia 16, os motoristas já circularam com os faróis dos ônibus acesos, sinal do estado de greve.

A assembleia que decretou a greve, por unanimidade, refletiu a grande disposição de luta da categoria. Cartazes, palavras de ordem e até um "homem-sanduiche" diziam: "85% ou greve já". Nenhum orador defendeu o acordo com os patrões. E os mais aplaudidos foram os que criticaram o regime militar. Ao ser decidida a greve, os sete mil participantes da reunião gritaram: "Vai parar, vai parar", jogando para o alto malas, blusas e bonés.

Imediatamente saíram comissões por regiões, para mobilizar as garagens mais importantes. As empresas mais mobilizadas são a Tusa,

da Zona Oeste, Bola Branca e São Luís, da zona Sul.

Nos discursos, os oradores martelavam também outras reivindicações: fim da "dupla pegada" e do "carro direto"; equiparação das empresas particulares com a CMTC. Além do ataque cerrado ao governo federal e ao FMI.

Alguns trabalhadores disseram que a intransigência dos patrões tem também um motivo sujo. É a tentativa de pressionar o governo municipal para conseguir um aumento maior das passagens — isto é, jogar os interesses dos motoristas contra os interesses da população.

O deputado Benedito Cintra esteve na assembleia e colocou a solidariedade dos parlamentares à luta da categoria. Em declaração à *Tribuna Operária*, ele disse esperar "que o governo estadual não reprimam o movimento grevista e que trate este embate entre empregados e patrões como um assunto da Secretaria de Transportes, e não da polícia". O deputado informou ainda que, a partir da meia-noite, estará montado um plantão na Assembleia Legislativa para articular o apoio aos trabalhadores.

**Conclat propõe plenária unitária para greve geral**

O Conselho Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), reunido em Recife em 11 de maio, tomou importante decisão no sentido de impulsionar a luta pela conquista das Eleições Diretas-Já. Deixando de lado a cisão do movimento sindical, o Conclat decidiu propor a realização de uma plenária unitária das entidades sindicais para discutir o prosseguimento da campanha e a convocação de uma greve geral.

Conforme resolução do encontro, que contou com a presença de 35 entidades, o Conclat propõe: "A realização nos dias 2 e 3 de junho de uma Plenária Nacional de Entidades Sindicais, convocada unitariamente por todas as articulações existentes no movimento sindical e pelas Confederações (...). A Plenária deve ser precedida de ampla discussão nas bases sindicais e nas intersindicais sobre todas as formas de luta a serem adotadas, aprofundando-se, inclusive, na proposta de uma paralisação nacional pelas Diretas-Já". Por último o Conclat

conclama "o conjunto do movimento sindical a participar da Plenária Nacional, que contribuirá para fortalecer a unidade de ação dos trabalhadores".

**QUEBRAR RESISTÊNCIAS**

A resolução de Recife representa importante avanço no movimento sindical, que devido a sua divisão tem tido inexpressiva participação na campanha pelas diretas. Ela quebra resistências à unificação sindical existentes no interior do Conclat e da CUT, que recentemente convocaram duas plenárias distintas para discutir o prosseguimento da luta pelas diretas. Nesta semana uma comissão de membros do Conclat procurará a CUT para discutir a Plenária e os critérios de participação.

Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi um dos que defendeu em Recife a plenária unitária. Para ele "nenhuma das duas articulações isoladas tem condições de mobilizar os trabalhadores, muito menos fazer uma greve ge-



Jamil: "condenar exclusivismos"

ral. A CUT já se precipitou marcando duas greves gerais e teve de desmarcá-las. Ao mesmo tempo, se o Conclat puxasse sozinho uma paralisação nacional, dificilmente atingiria seu objetivo. Como temos pontos comuns a serem alcançados, é possível e preciso a unidade na luta".

Jamil Murad, diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo, também esteve em Recife e considera "extraordinária" a resolução do encontro. "Na primeira etapa da campanha das diretas notamos uma intervenção pequena e desorganizada do movimento sindical, fruto principalmente de sua divisão. Agora poderemos corrigir este erro, preparando inclusive uma greve nacional, que seguramente é uma das armas mais poderosas dos trabalhadores na luta pela democracia, pelas diretas-já".



Joaquim: "unidade na luta"

**Golpe sujo da Chapa 2 dos Metalúrgicos de SP**

Com a aproximação das eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, nos dias 2, 3, 4 e 5 de julho, alguns setores ditos de oposição começam a se desmascarar. No final de abril, a Chapa 2, que se autrotula "combativa", tentou impugnar 11 membros da chapa *Unidade na Luta*, utilizando-se de uma portaria fascista do Ministério do Trabalho.

A investida covarde visava a prejudicar alguns dos membros mais destacados da Chapa 1. Só que o pedido de impugnação não possuía nenhuma fundamentação. Assinado por Salvador Pires, membro da Chapa 2, o pedido gerou grandes divergências nas hostes da própria chapa. Uma semana depois, ela mesma pe-

diu a anulação do processo jurídico.

**"MÉTODO JOÃO LINS"**

"Não se ganha eleição utilizando-se dos mesmos métodos do pelego João Lins, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano que, temendo o julgamento da categoria, pediu anulação da chapa concorrente e ainda usou de violências contra os adversários", comenta Luís Antônio, candidato a vice-presidente pela chapa *Unidade na Luta*. Para ele, o pedido de impugnação é contraditório "para uma chapa que vive dizendo que é contra a estrutura sindical, contra o atrelamento do Sindicato ao Ministério do Trabalho. Na prática, eles mostraram que são a favor destas medidas arbitrárias, desde que sirvam

aos seus interesses mesquinhos. No fundo, temem o julgamento da categoria e se apegam a uma portaria fascista do Ministério. Quem deve dizer se os candidatos são representativos ou não é a classe. Não é o Ministério que representa os patrões e o governo."

João Carlos Gonçalves, o conhecido *Juruna*, membro da *Unidade na Luta*, também estranhou a iniciativa da Chapa 2: "Eles usaram um instrumento que é contra a ação sindical, contra os trabalhadores. Este sim é um método de pelego, que teme a disputa eleitoral democrática." Segundo *Juruna*, o fato de a própria Chapa 2 anular seu pedido de impugnação "mostra a insegurança desta chapa, que hoje diz uma coisa e amanhã faz outra".

**Lição de unidade na greve de Taubaté**

Uma lição de unidade e firmeza foi dada pelos operários da Mecânica Pesada (MEP) em Taubaté. Por dois dias ocuparam a fábrica contra a demissão de 251 companheiros. Foram parcialmente vitoriosos. As demissões diminuíram. As vantagens para os demitidos foram melhoradas.

Na terça-feira, dia 8 de maio, os 1.686 trabalhadores pararam as máquinas. **Não aceitaremos demissões!** diziam todos. Ninguém caiu na argumentação dos patrões de que deveriam abaixar a cabeça diante da crise que a fábrica atravessa. Crise que os operários não provocaram, que é principalmente fruto da sede desbragada de lucro do capitalismo.

À noite, os operários se deitaram sobre as mesas de trabalho, sobre as grandes chapas, na grama, em qualquer canto, enrolados nos cobertores que as famílias trouxeram. Estavam alegres e firmes.

Enquanto isto os patrões, assustados, não se conformavam com o "sofrimento" de serem obrigados a dormir nas salas acampadas, com ar condicionado e sofás confortáveis. Mas nos portões os operários estavam vigiâtes: "Ninguém entra, ninguém sai", era a ordem rigorosa. Durante o segundo dia, os



As famílias vieram de longe para dar apoio aos grevistas

patrões trataram de dividir e pressionar os grevistas. Reuniram isoladamente os setores da usinagem, ponto chave da produção, tentando jogar operários contra operários. Eles exploravam uma falha do Sindicato, que permitiu aos quatro diretores da fábrica irem para a negociação, deixando os trabalhadores sem comando.

João Batista, diretor do Sindicato, percebeu a situação, tirou o bloqueio da segurança da fábrica e entrou sem ser reconhecido — ele é operário da Volks. Logo reuniu os operários e fez assembleias e deu nova força ao movimento. Depois de algum tempo

— a negociação durou 12 horas —, o gerente-geral descobriu João Batista e tratou de expulsá-lo da fábrica. O combativo dirigente sindical gritou alto: "Eu fui eleito pela categoria e não pela MEP, posso entrar onde for preciso!"

Já entrando para o terceiro dia de greve, às 2:30 horas da madrugada, tocou o apito convocando nova assembleia, que iria terminar só às 5 horas. Foi feito um acordo. A greve foi parcialmente vitoriosa. Os operários estavam cansados, mas com mais consciência de classe. Viram mais uma vez que diante do capital só a unidade e a luta dos que trabalham pode vencer.



## CIB assassina um lavrador em Marabá

No município de Marabá, Km 30 da Rodovia PA-70, foi assassinado a tiros, no dia 25 de abril, o lavrador Francisco Machão da Silva. A vítima era ocupante, juntamente com mulher e três filhos, de 10 alqueires de terra, numa gleba denominada Motor Queimado, no Rio Vermelho.

Segundo declarações da viúva, Agripina Paula Ferreira, 300 famílias que ocupam a área, são

constantemente ameaçadas por pistoleiros contratados pela empresa CIB, que pretende tomar a terra dos posseiros. Até o mês de abril, esses pistoleiros já haviam assassinado duas pessoas, provocando pânico entre os moradores do local.

Além dos pistoleiros da CIB, o grileiro de nome Paulo, também é suspeito de ter assassinado Francisco, pois constantemente ameaça os posseiros.

Assistida pelo Sindicato Rural de Marabá, dona Agripina, deu queixa à Delegacia Municipal de Polícia de Marabá, que está investigando o caso, tendo à frente o Delegado Seabra.

Apesar de mais esse homicídio os posseiros continuam na área, sabendo que abandoná-la não resolverá o problema.

(amigo da TO em Marabá-Pará)

## Com o apoio do Sindicato posseiro conquista direito

Dia 2 de maio o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha e recém-eleito pela Chapa 1 nas eleições da Fetaemg a delegado votante na Contag, Vicente Faul dos Santos, e o trabalhador rural José da Costa Pereira foram presos pela Polícia Militar em Capelinha.

O trabalhador José Costa Pereira tinha contrato de parceria com o fazendeiro Joaquim Frões há 25 anos na comunidade Beira do Itamarandiba. No ano passado, o fazendeiro implicou em tirá-lo da terra, entrando com uma ação de despejo na Justiça e no dia 27 de outubro do ano passado foi obrigado a assinar um acordo com o fazendeiro perante o Juiz de Direito, em que concordaria em aceitar a avaliação do perito que o juiz nomeasse e teria 6 meses para sair da terra. Só que o fazendeiro com-

prou o perito e este deu o irrisório valor de Cr\$ 50.000,00 em toda a plantação de cana, mandioca, milho, feijão e frutas. Junto com o Sindicato, José tomou a decisão de não sair da terra por aquela indenização.

No dia 2 de maio foi marcado pelo Juiz de Direito o despejo. Sadendo disso, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais se dirigiu para o local, quando logo após chegou o oficial de Justiça Joaquim Ferreira e quatro policiais, o fazendeiro e um carro da prefeitura com três funcionários para ajudar o despejo. (A prefeitura de Capelinha é do PMDB.) O prefeito Domingos Pimenta Figueiredo, que na campanha eleitoral se comprometeu a respeitar os trabalhadores e sua organização, agora coloca a prefeitura para ajudar os

fazendeiros a expulsar trabalhadores). Diziam aos gritos que estavam ali para despejar. Então o presidente do Sindicato disse que ninguém ia ser despejado daquele jeito. O oficial ameaçou com a polícia caso ele não saísse. Como ele não saiu, foi preso juntamente com o trabalhador rural, sendo ambos levados para a delegacia onde ficaram presos 4 horas. Depois foram levados ao Fórum perante o promotor de Justiça. Explicaram por que não iriam sair da terra. Depois de muita briga foi desfeito o acordo dos Cr\$ 50.000,00 e o fazendeiro passou a pagar Cr\$ 800.000,00 pelas plantações do trabalhador rural. Além disso, foi retirada a ordem de despejo. (Vicente Faul dos Santos — presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha — Minas Gerais)

## Sindicato de Xique-Xique tem diretoria combativa

No último dia 21 de abril, a cidade Xique-Xique, que fica às margens do rio São Francisco, na Bahia, viveu intensa expectativa. Nesse dia, realizaram-se as eleições que definiram a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município. Segundo populares, o movimento na cidade foi a maior que as eleições de novembro de 1982 para governador, prefeito, deputados etc.

Duas chapas concorreram ao pleito. A Chapa 1, formada por lavradores e apoiada por populares e grupos democráticos, e a

Chapa 2, composta de agricultores, mas financiada e manobrada pela Prefeitura e pelo PDS (Partido do Desespero Social), além de conhecidos grileiros e grandes fazendeiros da região.

A resposta aos poderosos não tardou: de um total de 969 votos, a Chapa 1 (lavradores) conseguiu 656, contra 278 da Chapa 2. Portanto, uma diferença de 378 votos a favor dos pequenos agricultores.

Dessa vez, a velha política utilizada pelos grandes no Nordeste não funcionou. Milhões de cruzeiros foram gastos no senti-

do de comprar o voto: só faltaram prometer o céu aos agricultores, dos quais muitos sofrem pressões de diversos tipos. Um lavrador que pediu desligamento da Chapa 2 teve uma de suas filhas despedidas da função de professora municipal. Jagunços não faltaram para ameaçar os eleitores durante a votação e outras formas de pressão que o povo está acostumado a sofrer.

Mais uma vez os camponeses e trabalhadores rurais mostraram que dinheiro não compra consciência. (Amigo da TO em Xique-Xique - Bahia)

## Prefeito de Uberlândia é impedido de ir a Brasília

Em primeiro lugar quero deixar aqui meu apoio a vocês neste momento em que a **Tribuna Operária** sofre mais um atentado fascista. Essa é mais uma manifestação dos últimos suspiros de um regime que está com seus dias contados, condenado à morte pelo povo.

O prefeito, Zaire Resende, de Uberlândia que tem feito uma administração democrática e voltada para os interesses popula-

res, inclusive com a participação das associações de bairro e sindicatos nas decisões do município, foi impedido de seguir viagem a Brasília por uma patrulha fortemente armada. O objetivo da viagem era o acompanhamento da votação da emenda das diretas-já.

Zaire disse que o governo Federal montou uma imensa encenação de forças agredindo as liberdades e os direitos mais ele-

mentares do cidadão, com a finalidade de impedir a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Disse também que todo esse esquema representa um retrocesso na caminhada para a democracia; bem como cria uma crise artificial de conseqüências ainda imprevisíveis. Terminou dizendo que é necessário que o governo e as oposições respeitem as mais legítimas aspirações do povo. (colaborador da TO em Uberlândia, Minas Gerais)



fala o POVO

Neste número as cartas vindas do campo ocuparam um grande espaço em nossa seção. Denúncias dos mais diversos tipos de arbitrariedades, inclusive o assassinato em Marabá, do lavrador Francisco Machão da Silva. O sul do Pará, inclusive, é uma das principais regiões de conflito de terra no Brasil. Apesar da violência e dos homicídios, os posseiros continuam em suas terras "sabendo que abandoná-las não resolverá o problema", como diz a carta.

Apesar das dificuldades, algumas vitórias importantes são conquistadas. É o caso do lavrador José da Costa Pereira que, graças ao apoio de seu Sindicato, conseguiu fazer valer seus direitos. (Olivia Rangel).

## Operários da Philco lutam contra patrão e regime

"Trabalhe animado, trabalhe valorizado, trabalhe participando"

Ótimo o lema que a empresa escolheu para o grupo que ela criou. Porém, se aqui na Philco for implantado esse sistema, os operários devem ter em mente que isto será tão somente para o aumento da produção. Temos consciência que não estamos pensando nos operários, apenas na sede de lucro.

O tal "grupo de trabalho" que estão implantando não vai resolver os seguintes problemas: creche para as nossas funcionárias (90% dos funcionários são mulheres); redução do preço do vale de refeição e melhoria da qualidade dos alimentos; cooperativa de alimentos, com preços mais baixos; equiparação salarial para quem exerce a mesma função; melhoria no atendimento médico aos funcionários que é bastante precário, pois faltam médicos; acabar com as pressões dos chefes sobre os funcionários (há muitos casos de perseguição). Estas são apenas algumas dificuldades que enfrentamos, que precisam ser resolvidas com a união dos operários da Philco para fa-



zer valer os seus direitos.

Sabemos que nossa luta não é só contra o patrão da Philco (que é uma poderosa multinacional) mas também contra esse governo do Figueiredo que cada vez mais arrocha o salá-

rio de todos os trabalhadores do Brasil. Queremos o fim desse regime militar que está aí há vinte anos e por isso estamos unidos na luta pelas eleições diretas-já! (operários da Philco - São Paulo, SP)

## Creche na Assembléia é direito das funcionárias

A União de Mulheres de São Paulo, solidária com as mães funcionárias da Assembléia Legislativa, que têm filhos com menos de 7 anos e que, portanto, necessitam dos serviços da creche, vem a público denunciar as arbitrariedades que estão ocorrendo junto à creche.

Antes, porém, é necessário ressaltar que a criação de creches para crianças de 0 a 6 anos, junto a órgãos governamentais, empresas estatais e autarquias é determinada por emenda constitucional de 82, aprovada pelo Legislativo e ainda não regulamentada pelo Executivo. Baseado nessa emenda constitucional de 82, hoje já existem no Estado de São Paulo 52 creches denominadas de Centros de Convivência Infantil. Na Assembléia Legislativa funciona, há mais de 4 anos, uma creche para filhos de funcionárias. No entanto a partir de 22 de fevereiro de 84, por ato da Mesa, decidiu-se que as crianças que tiverem mais de 3 anos e 11 meses, têm 30 dias para deixarem a creche. Dessa forma, no dia 21 de março de 84, 21 crianças foram expulsas da creche. E a partir desta data, a cada mês que passa, mais crianças que chegam aos



3 anos e 11 meses são desligadas sumariamente da creche. Como a maioria das funcionárias não tem onde deixar seus filhos, as crianças ficam com a mãe no trabalho, correndo sérios riscos de acidentes, como é o caso da mãe que trabalha na gráfica com seu filho de 4 anos ou daquelas crianças que ficam soltas pelo corredor da Assembléia, ameaçadas de cair pelo vão das escadas.

As mães apresentaram propostas para a Mesa, cujo presidente é o sr. Néfi Tales, de se

fazer convênios com escolas particulares para atender às crianças de 4 a 7 anos. No entanto o sr. Néfi Tales deu parecer negativo alegando falta de verba.

Mas a lei prevê o atendimento para crianças de 0 a 7 anos, lei esta que teve sua origem nesta casa e cuja regulamentação está sendo encaminhada para breve. Por creches no local de trabalho e moradia! - (Maria Amélia de Almeida Teles — União de Mulheres de São Paulo)

## UMSP quer aprovação do Código Civil

Neste momento, quando foi aprovado pela Câmara Federal o projeto de reformulação do Código Civil, temos que comemorar com orgulho e entusiasmo esta grande vitória conquistada pelas forças democráticas e principalmente pelo movimento de mulheres, através das juristas Sílvia Pimentel e Florisa Verucci e das parlamentares peemedebistas Cristina Tavares e Laélia de Alcântara.

Desde sua fundação, em 6 de dezembro de 1981, a União de Mulheres de São Paulo apoia a luta pela reformulação do Código Civil, através da coleta de assinaturas, de debates e inclusive da elaboração de textos. Com este novo Código Civil,

a mulher passa a ter condições de igualdade com o homem, no casamento. A direção da família passa a ser de igual responsabilidade para o homem e a mulher, enquanto no Código Civil vigente cabe apenas ao homem a chefia da sociedade conjugal, sendo que compete a ele desde escolher o domicílio até tomar decisões sozinho sobre todos os atos da vida em comum.

Com a reformulação do Código Civil, a mulher ao se casar não perde mais seus poucos direitos de cidadã, pois ficam consagrados os princípios de igualdade de direitos e deveres dos cônjuges. Isto representa uma impor-

tante conquista para as mulheres e é sem dúvida um ponto de apoio para que se conquiste de fato a igualdade no dia-a-dia da vida em família.

Lembramos ainda, no entanto, que é necessária a aprovação do Senado para que este Código passe a vigorar.

Por isso lançamos aqui um apelo para que pressionem o Senado para a imediata aprovação.

Companheiras e companheiros: enviem cartas, telegramas e outras mensagens para o Senado para que este confirme o mais rápido possível sua aprovação. (Maria Amélia de Almeida Teles — União de Mulheres de São Paulo)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Política firme para milhões

Stálin assinalava que "não se trata de a vanguarda adquirir consciência de que é impossível manter a antiga ordem e ser inevitável a derrocada dela. Trata-se de as massas, as massas compostas por milhões de homens, corresponderem (e compreenderem) à inevitabilidade desta derrocada e manifestarem-se dispostas e apoiar a vanguarda".

NÃO À CONCILIAÇÃO

Esta orientação é preciosa, particularmente nos momentos atuais, quando o quadro político se altera com grande rapidez. E quando tanto o regime como certos setores burgueses de oposição ensaiam manobras de conciliação visando a desmobilizar o povo. O proletariado consciente não pode cair no desespero e marchar sozinho para os confrontos, sem orientar as grandes massas e sem buscar as formas novas que permitam à imensa maioria participar da luta política.

Até agora a batalha pelas diretas-já teve como marca central os grandes comícios, que levaram milhões às ruas. Depois da rejeição da emenda Dante de Oliveira houve um refluxo temporário. O governo faz tudo para deslocar o eixo da luta para os gabinetes do Congresso Nacional. Diversas correntes falam em entendimentos e em um governo de transição.

Nesta situação, ao invés de repetir as mesmas fórmulas anteriores, o proletariado tem de encontrar os meios de recolocar o movimento de massas em atividade. Daí a posição dos comunistas, resumida em três pontos chave:

- 1. Não se pode negociar a vontade expressa da nação em prol de eleições imediatas para a Presidência da República;
2. Qualquer entendimento terá de realizar-se com a participação do povo, de suas entidades mais representativas, das distintas correntes da opinião pública;
3. É admissível um governo de transição, desde que seu conteúdo seja de ruptura com o regime atual, aprovado pelas massas, com a função de criar um clima de amplas liberdades, liquidar a legislação arbitrária, convocar uma Constituinte, aplicar um plano de emergência para atender os problemas cruciantes do país e das grandes massas.

TAREFA CENTRAL

Com isto, retoma-se a tarefa central neste momento: mobilização das forças populares, para combater o regime, para solucionar o impasse através de uma saída democrática. Desde que se afeire a esta questão essencial, o proletariado encontrará em cada momento a forma específica para ajudar as massas a fazerem sua experiência prática.

Stálin indicava que outra orientação para o governo da luta revolucionária é "destacar aquela tarefa imediata cuja solução constitui o ponto central e cujo cumprimento assegura a solução com êxito das outras tarefas". Hoje esta tarefa é a derrocada do regime militar. A forma de realizar praticamente este objetivo vem se traduzindo no curso do processo pela campanha das diretas-já e pela exigência de um governo provisório que represente as forças democráticas e o movimento popular. São dois caminhos entrelaçados, com o mesmo conteúdo central, de pôr fim ao regime militar. Um não exclui o outro. E têm como peça fundamental o povo mobilizado, lutando para fazer valer sua aspiração de liberdade.

Ao mesmo tempo em que salientam a necessidade das massas participarem de cada passo da luta, os comunistas não se isolam da marcha concreta dos acontecimentos, não rompem a frente democrática, mas tratam de paralisar as tendências conciliadoras e vacilantes na oposição.

Comunistas portugueses afirmam: "fascistas não calarão esta voz"

"Os fascistas nunca conseguirão calar esta voz", disseram os comunistas portugueses em seu órgão central. E isto é confirmado materialmente pelas centenas e centenas de vezes que se levantam em cada canto do país em solidariedade à Tribuna Operária. Só um bairro de Cachoeiro do Itapemirim mais de 900 moradores mandaram seu apoio. Sindicatos, parlamentares, operários das fábricas, o conjunto do movimento democrático condena os terroristas e assegura que a imprensa operária é indestrutível, por que está ao lado do povo, do progresso e da liberdade. Porque defende o socialismo e se orienta por uma teoria científica. Reconstruiremos a nossa sede e elevaremos a qualidade do jornal.

PORTUGAL

"A redação do 'Bandeira Vermelha' não pode deixar de repudiar vivamente este duplo e criminoso atentado à liberdade de expressão, solidarizar-se com todos aqueles que lutam para manter de pé esta vigorosa tribuna da luta do proletariado e dos povos do Brasil e do mundo e expressar a sua certeza de que os fascistas nunca conseguirão calar esta voz". Jornal Bandeira Vermelha, órgão do Partido Comunista (Reconstruído).

CEARA

"Solidariedade e efetivo apoio ao jornal que teve sua sede invadida e incendiada por bandos fascistas". Requerimento do vereador Francisco Lopes, aprovado pela Câmara Municipal de Fortaleza e reforçado por discursos de Marcus Fernandes, Juarez Leitão e outros edis.

"Não será fácil calar os que lutam por Terra, Trabalho, Liberdade, Independência Nacional e Diretas-Já. Muito menos, os que lutam pelo socialismo científico. Terminando conclamando todo o povo brasileiro a ajudar o jornal na sua reconstrução." Dr. José Evaldo Silva, médico, líder da bancada do PMDB em Aracati.

"Compreendemos a importância da imprensa democrática e popular em nosso país." Tânia Teixeira, presidente do CA-Farmácia da UFCE.

"Denunciamos, pelo episódio, os que desejam a continuidade do atual regime de arbítrio, de fome e opressão." Assinam 20 representantes de sindicatos e associações profissionais cearenses.

"Pensam intimidar os que em suas páginas desenvolvam a grande batalha em defesa das diretas-já. Afirmamos que nossa luta não será intimidada. Continuaremos com muito mais força contra toda essa situação imposta pelo governo dos generais". Seguem-se 213 assinaturas, entre as quais mais de 140 de operários, coletadas no ABC paulista.

"Exigimos apuração rigorosa dos fatos e punição exemplar dos envolvidos. Medida pleiteada indispensável, objetivando conquista das mais amplas liberdades democráticas em nosso país." Requerimento do vereador João Bosco, aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de São José dos Campos.

"É necessário se promoverem medidas de urgência para se coibirem atos dessa natureza." Pronunciamento do vereador Márcio Hailton Casella, na Câmara Municipal de Guaratinguetá. "Deixo registrada toda a nossa solidariedade." João Francisco Cappio, presidente daquela Casa.

"Total repúdio a este criminoso ato, que fere brutalmente nossos sentimentos democráticos." José Viviani Ferraz, presidente do Diretório do PMDB da Freguesia do Ó.



Para reconstruir a sede do jornal serão necessários Cr\$ 6,5 milhões

Avaliação dos prejuízos causados pelo atentado

O atentado fascista à Tribuna Operária causou vultuosos prejuízos ao jornal. A reconstrução das instalações da sede da TO foi orçada em Cr\$ 6 milhões e 500 mil. Os móveis, máquinas, livros, coleções, aparelhos de telefone etc., destruídos somam cerca de Cr\$ 7 milhões e 500 mil.

Mas, além disso, houve também o prejuízo causado pelo saque à redação da Tribuna, quando as polícias Militar e Federal mantinham o prédio sob cus-



Para reconstruir a sede do jornal serão necessários Cr\$ 6,5 milhões

Avaliação dos prejuízos causados pelo atentado

O atentado fascista à Tribuna Operária causou vultuosos prejuízos ao jornal. A reconstrução das instalações da sede da TO foi orçada em Cr\$ 6 milhões e 500 mil. Os móveis, máquinas, livros, coleções, aparelhos de telefone etc., destruídos somam cerca de Cr\$ 7 milhões e 500 mil.

Mas, além disso, houve também o prejuízo causado pelo saque à redação da Tribuna, quando as polícias Militar e Federal mantinham o prédio sob cus-

Resposta do povo aos terroristas: apoio material à Tribuna Operária já ultrapassa os Cr\$ 4 milhões!

Table listing contributions from various groups and individuals, including Coleta entre operários da Mafersa (SP), Mecânica Pesada Continental (Alagoas), Borracheiros, Engenheiros etc (SP), etc. Total arrecadado nas três semanas passadas: 2.651.634. Total geral até agora: 4.207.234.

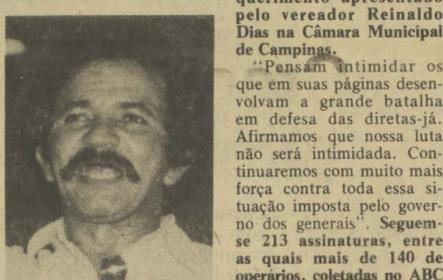
Na Mafersa, em São Paulo, e na Mecânica Pesada Continental, em Maceió, os operários se cotizaram, na semana passada, para enviar seu apoio financeiro para a reconstrução da Tribuna Operária. Para o jornal isto tem profunda significação, pois é a classe operária respondendo, com seus mínguos recursos financeiros, ao ataque fascista que a TO sofreu. Os inimigos da liberdade tentam calar, mas o proletariado luta por fortalecer a imprensa operária.

Em São José dos Campos, outra iniciativa exemplar: os vereadores aprovaram o desconto em folha de pagamento de uma quantia em dinheiro para a reconstrução da TO. Salientamos também o comento e criativo empenho do garoto Pedro Luiz Martins Soares, de oito anos. Ele percorreu a vizinhança de sua casa, na Ponte Rasa (São Paulo), recolhendo ferro-velho; vendeu o a um depósito e assim arrecadou Cr 5 mil para dar destino à Tribuna Operária. Além do apoio financeiro, que já ultrapassa os Cr\$ 4 milhões, recebemos também um anel de ouro e brilhante, no valor aproximado de Cr\$ 80 mil, de uma professora de Belo Horizonte. Renovamos nossos agradecimentos e o apelo para que o apoio material continue. A imprensa operária depende da sua solidariedade.

CDM Apoio na prática. Ajude a reconstruir a Tribuna. Deposite sua contribuição na conta 042020 da Agência 768 do Banco Itaú de S. Paulo, em nome de Divo Gulseni. Envie também fotos para ajudar a recompor nosso arquivo. Fundação Maurício Grabois

Tribuna Operária

- Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36 7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOPBR.
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Oliveira Rangel.
ALAGOAS: Arapiraca - Praça Luís Pereira Lima, 237 - sobreloja CEP 57000.
Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS: Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - CEP 69000.
BAHIA: Camacari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. Itabuna: Av. Juracy Magalhães, 180, Sala 204 - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Americo Alves, 6-A - CEP 44060. Salvador: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimtel) - CEP 43700.
CEARA: Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 206, Centro - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
DISTRITO FEDERAL: Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
ESPÍRITO SANTO: Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Francisco Araújo, 77 (esquina com esplanada Getúlio Vargas) - CEP 29000.
GOIÁS: Goiânia: Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000. Formosa: Rua Emílio Póvoa, sala 4 - CEP 77200. Anápolis: Rua Desembargador Jaime, 105, sala 204 - CEP 77100.
MARANHÃO: São Luís: Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO: Cuiabá: Rua Conde de Castela, 548, Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL: Campo Grande: R. Antonio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285, Centro - Fone: 224-7805 - CEP 30000. Juiz de Fora: Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100.
PARÁ: Belém: Rua Aristides Lobo, 620 - Centro - CEP 66000.
PARAÍBA: João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calçada Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100.
PARANÁ: Curitiba: Rua Marfim Alfonso, 370 - CEP 87000. Londrina: Rua Serpente, 891, salas 7 e 8 - CEP 86100.
PIAUÍ: Teresina: Rua Euseu Martins, 1130, 1º andar - CEP 64000.
PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vigarito Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 - sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Fonseca e Silva, 1096, sala 202 - Aلعricim - CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua General Câmara, 52 sala 29 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, Fundos, CEP 95100. Pelotas: Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20. Aberto depois das 10 horas e sábados das 9 às 12 horas.
RIO DE JANEIRO: Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208 - CEP 20000. Rio de Janeiro: Rua Carvalho de Souza, 155, loja F. Madureira - CEP 20000. Niterói: Av. Amaral Peixoto, 370, sala 807 - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Av. Marechal Floriano, nº 2248, sala 4 - CEP 26000.
ROAÍMA: Boa Vista: Rua Afonso Paulo Saldanha, 625 - Bairro São Francisco - CEP 69000.
SÃO PAULO: Campinas: Rua Costa Anjara, 333, fone: 26345 - CEP 13700. Marília: Rua Dom Pedro, 180, 1º andar - CEP 17500. Osasco: Rua Tenente Avelar Peres de Faria, 728, sala 3 - CEP 13400. Ribeirão Preto: Rua Sete de Setembro, 119 - CEP 14100. Santos: Av. Dom Pedro II, 7 - CEP 11100. Santo André: Travessa Lourenço Rondinelli, 35 - Centro - CEP 09000. São Bernardo do Campo: Av. José Arthur da Fria, 195, 1º andar - CEP 09000. CEP 09700. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar - CEP 12200. Taubaté: Rua Antônio Ottoni Monteiro, 41 - Centro - CEP 12100. SERGIPE: Aracaju: Rua Araújo, 519 - CEP 49000.
A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Penteado, 236 loja 8 - Tel. 263.7400 - São Paulo, SP.



Dep. Ferrari (PMDB-RS)

PARAÍBA "Os inimigos do povo aproveitam-se do anonimato para desferir seus golpes." Assinam 21 representantes de entidades sindicais, estudantes, de moradores, do PMDB, PDT, PT, PC do B, Associação de Imprensa etc.

PERNAMBUCO "Tal repressão tem a finalidade de impedir o avanço da imprensa popular". Seguem-se 26 assinaturas do deputado Arthur Lima, vereadores, de líderes sindicais, entidades sindicais, estudantes e comunitárias, colhidas em Petrolina.

BAHIA "Atos como este têm ocorrido em todo o Brasil depois de 64, na tentativa de calar a imprensa e amedrontar os democratas." Bancada do PMDB na Assembleia Legislativa, através de seu líder, deputado Silemon Matos.

"Queremos, de forma pessoal, prestar irrestrita solidariedade ao legítimo porta-voz da classe operária no Brasil". Vereador Paulo César de Andrade, PMDB, Juazeiro.

"A Tribuna Operária continua firme lado a lado com os mais amplos setores da população." Seguem-se 142 assinaturas, de deputados, vereadores, representantes de partidos políticos, entidades populares e democráticas de Juazeiro.

ESPÍRITO SANTO Abaixo-assinado em apoio à Tribuna Operária. Encabeçado por Eleomar Albano, presidente da Associação de Moradores de Nossa Senhora de Fátima-Olaria, em Cachoeiro do Itapemirim, com mais de 900 assinaturas.

RIO DE JANEIRO "Esta entidade manifestar o mais irrestrito apoio à direção deste semanário, que destemidamente tem se colocado ao lado dos interesses do povo brasileiro". Maurício Viégas Miranda, presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro.

"Repudiamos estes atos bárbaros tão ao sabor de fanáticos terroristas." Consonica - Comissão de Soli-

dariedade de Nicarágua - Comitê de Campos.

SÃO PAULO "O atentado à Tribuna foi um absurdo. O povo brasileiro não pode admitir o absurdo e o terrorismo que ainda impera nas cabeças colonizadas que procuram dominar nosso país através da violência." Itamar Correia, compositor.



Itamar Correia

"O povo saberá dar a devida resposta a estes que no desespero tentam denegrir as manifestações pelas eleições diretas-já." Requerimento apresentado pelo vereador Reinaldo Dias na Câmara Municipal de Campinas.

"Pensam intimidar os que em suas páginas desenvolvam a grande batalha em defesa das diretas-já. Afirmamos que nossa luta não será intimidada. Continuaremos com muito mais força contra toda essa situação imposta pelo governo dos generais". Seguem-se 213 assinaturas, entre as quais mais de 140 de operários, coletadas no ABC paulista.

"Exigimos apuração rigorosa dos fatos e punição exemplar dos envolvidos. Medida pleiteada indispensável, objetivando conquista das mais amplas liberdades democráticas em nosso país." Requerimento do vereador João Bosco, aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de São José dos Campos.

"É necessário se promoverem medidas de urgência para se coibirem atos dessa natureza." Pronunciamento do vereador Márcio Hailton Casella, na Câmara Municipal de Guaratinguetá. "Deixo registrada toda a nossa solidariedade." João Francisco Cappio, presidente daquela Casa.

"Total repúdio a este criminoso ato, que fere brutalmente nossos sentimentos democráticos." José Viviani Ferraz, presidente do Diretório do PMDB da Freguesia do Ó.

PARANÁ "O povo mobilizado, manifestando sua solidariedade e apoio à imprensa atingida pela ditadura, garante o respaldo necessário para a continuação do importante papel que tem desempenhado." Diretório do PMDB de Londrina.

"É dever de todas as forças patrióticas, populares e democráticas repudiar os atos terroristas." Contém 168 assinaturas coletadas em Cascavel, entre as quais as de oito vereadores, representantes da OAB, PMDB, PDT, PT, sindicatos, associações de moradores, estudantes.

RIO GRANDE DO SUL "A Tribuna Operária é um jornal, entre outros, que veicula permanentemente a voz dos oprimidos e explorados, e nesta hora merece a nossa mais integral solidariedade política e material." Antenor Ferrari, deputado estadual (PMDB).

"A invasão da Tribuna Operária só se explica tendo em vista que falar a verdade, no país ainda dominado pela minoria, é crime." Antônio Lorenzi, deputado estadual (PMDB).

"Repudiamos veementemente o atentado e exigimos a punição dos respon-

sáveis." Jauri Oliveira, deputado estadual (PMDB).

"É, sabidamente, uma ação de grupos de direita da sociedade. A Tribuna deve sair às ruas, como sempre. É assim que estamos mudando o país." Ruy Carlos Ostermann, deputado estadual (PMDB).

"É preciso que sejam resguardados os direitos que foram conspurcados no atentado." Darcy Carpoivinski, vereador em Cruz Alta (PDT).

"O fascismo será derrotado pela consciência cívica, política e unitária da nação. Os inimigos do povo terão a condenação das forças progressistas de nossa pátria!" Federação Riograndense de Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros (Fracab).

"Apoio ao jornal defensor dos direitos do povo, das liberdades políticas e da democracia, destacando-se na campanha pelas diretas-já. Sabemos que é por essa postura democrática que esse órgão foi alvo de um atentado terrorista". Julieta Balestro, pelo Movimento Unitário da Mulher Gaúcha.



Vereador Lopes (Fortaleza)

GOIÁS "Este ataque não representa um ato isolado. É um ataque contra toda a imprensa democrática do nosso país." Requerimento do vereador Antônio de Deus Teles Filho, aprovado pela Câmara Municipal de Anápolis.

"Veemente repúdio a este execrável acontecimento, mostra do desespero dos reacionários diante de sua derrota iminente. Irrestrita solidariedade a este bravo jornal que tem se colocado a serviço da luta por um novo Brasil, liberto da fome, da miséria e da opressão." Moção aprovada por unanimidade no 19º Congresso (de Reconstrução) da União Estadual dos Estudantes de Goiás - UEEG.

"Este ato mostra o desespero das forças reacionárias de nosso país diante do crescimento das manifestações populares." Assinam representantes da Fetag, Sindicatos dos Engenheiros e Farmacêuticos, CPG, representações da CUT e Conclat.

Outras mensagens: Comitê Pró Diretas-RJ com a presença de mais de 70 entidades; Comitê Pró-Diretas do Butantã; Diretório Estadual do PT-RJ; Jota Alves, presidente do PMDB de Santa Bárbara d'Oeste, e Osvaldo Bachin Filho; vereador Pedro Siqueira do PTB-Niterói; Juventude do PMDB de Brasília; Limão e Freguesia do Ó, em São Paulo; Diretório Rubens Paiva do PMDB da 17ª Zona do RJ; União de Mulheres de Campinas; União de Mulheres de Santa Bárbara d'Oeste; 17 moradores e membros da Associação dos Moradores de Piedade, de Fortaleza; Associação dos Moradores de Dias Macedo, também de Fortaleza; Associação dos Moradores da Favela de Gaúchina, em João Pessoa-PB; 29 funcionários do Banco do Brasil de Fortaleza.

# A rebelião dos bóias-frias

Um morto e 29 feridos, dos quais 14 à bala, foi o saldo da revolta dos bóias-frias de Guariba, interior de São Paulo, dia 15 de maio. O estopim da rebelião foram as mudanças nos trabalhos do corte de cana, reduzindo ainda mais os salários e as abusivas taxas cobradas pelo uso da água. O prefeito da cidade reconheceu que "foi a fome que fez isso".



Guariba, com 20 mil habitantes, fica a 365 quilômetros de São Paulo, próxima a Ribeirão Preto. As terras da região estão ocupadas por extensas plantações de cana, algodão e laranja. Ali os contrastes sociais — acentuados por 20 anos de regime militar — estão bem visíveis. De um lado são cerca de 60 mil bóias-frias vivendo em condições miseráveis e de outro algumas poucas famílias na opulência se apropriando dos lucros produzidos por estes trabalhadores famintos.

O deputado estadual Valdir Trigo (PMDB), nascido em Ribeirão Preto, explica que a região possui "a maior concentração de riqueza do Estado. Na época da safra, os bóias-frias se concentram aí e, sem nenhuma garantia, vivem na miséria em meio a uma riqueza fantástica. Nesse quadro social explosivo, a revolta passa a ser natural".

## ATAQUE À SABESP

E a explosão surgiu numa manhã de terça-feira, quando os primeiros caminhões que transportam bóias-frias para as usinas foram bloqueados por piquetes nos trevos da saída da cidade. A maioria dos 10 mil bóias-frias voltaram para o centro para realizar uma manifestação de protesto contra a mudança para os cortadores de cana, que passaram de cinco para sete ruas. Esta medida adota-

da o ano passado prejudica os trabalhadores que são obrigados a carregar a cana cortada por uma distância maior — consequentemente diminuindo a sua produção e os seus rendimentos. Por outro lado os usineiros levam vantagem, pois os caminhões têm de andar menos e economizam combustível.

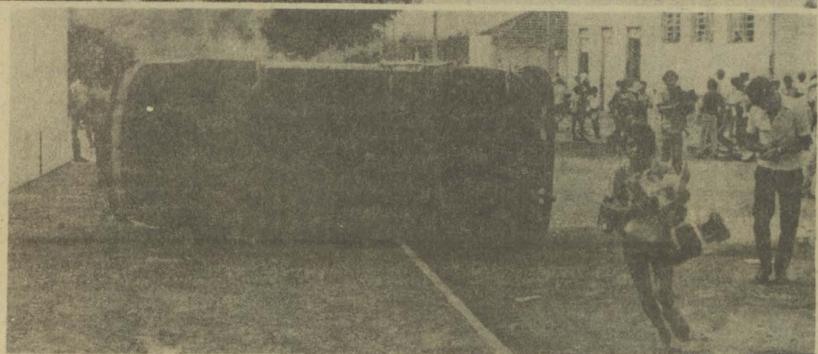
Por volta das 7:30h a multidão passou em frente ao posto da Sabesp — responsável pela distribuição

de água — e aproveitou para mostrar a sua indignação contra as absurdas taxas cobradas pelo uso da água. Segundo o prefeito, a maioria da população estava pagando de Cr\$ 20 a Cr\$ 30 mil pela taxa de água.

Os manifestantes destruíram e queimaram o prédio da Sabesp. Além de derrubar as paredes e o telhado, incendiaram um caminhão e uma camioneta da empresa.

O destacamento local de

12 policiais não enfrentou a multidão mas, quando o reforço militar chegou das cidades vizinhas, passaram a jogar bombas de gás lacrimogênio e atirar desordenadamente. Quatorze pessoas foram feridas a bala e um aposentado que assistia à manifestação foi morto por um projétil que lhe varou a cabeça. Com esta morte, os ânimos se acirraram, houve choques com a polícia e, em seguida, saque ao supermercado Amorim e incêndio de uma kombi.



Sede da Sabesp sendo destruída (foto de cima) pela multidão que depois saqueou o supermercado

## Greve dos bóias-frias em Goiás

No sudoeste de Goiás, a greve dos cortadores de cana — com reivindicações semelhantes aos de Guariba — atinge quase quatro mil bóias-frias. A greve deflagrada no dia 13 de maio abrange trabalhadores dos municípios de Santa Helena, Acreúna, Rio Verde e Quirinópolis. Os grevistas reivindicam a volta das cinco linhas no corte da cana e melhores preços por metro corrido da cana cortada.

Durante um piquete realizado na manhã do dia 15, por cerca de 400 trabalhadores no trevo que dá acesso à Usina Santa Helena, a polícia interveio de maneira violenta, dando tiros para dispersar os bóias-frias. Por pouco não ocorreu uma tragédia no local. Mesmo assim, os trabalhadores não se intimidaram e às 14 horas realizaram uma assembleia com a presença de aproximadamente 800 pessoas na porta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena. "A greve continua", era a palavra de ordem gritada pelos bóias-frias,

mostrando que pretendem continuar com o movimento até que os patrões atendam suas reivindicações.

Divino Goulart, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), afirmou que "a greve está ocorrendo porque os patrões impuseram aos trabalhadores o corte de cana em 7 linhas, através da Associação dos Produtores de Alcool de Goiás. O corte das 7 linhas tem penalizado o bóia-fria, pois a dificuldade para realizar o trabalho é muito maior do que no corte das 5 linhas. Os trabalhadores não aceitam de forma alguma, por preço nenhum cortar cana pelo sistema das 7 linhas".

A revolta dos trabalhadores aumentou depois que a polícia interferiu no movimento pacífico e legítimo dos bóias-frias, alegando "assegurar a ordem". Para impedir um conflito maior entre grevistas e polícia, houve uma reunião entre a Fetaeg e o Secretário de Segurança Pública, no qual ficou acertado que a PM não seria usada para reprimir os trabalhadores. (da sucursal)

## USINEIROS RECUARAM

A revolta imediatamente repercutiu em todo o Estado. O próprio governador Montoro reconheceu o "Estado de fome" em que vivem aqueles trabalhadores e mostrou que isso é fruto da política econômica do regime militar. "A inflação a mais de 200% — disse Montoro — e a dívida externa recebendo o tratamento que lhes está dispensando o governo federal, estão levando a nação ao limite do suportável". No mesmo dia o secretário do Trabalho, Almir Pazzianoto, se reuniu com líderes sindicais e com os usineiros, quando estes últimos decidiram voltar com as cinco ruas para o corte da cana.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto enviou uma nota aos trabalhadores rurais se solidarizando e apoiando a sua luta.

Seu presidente, Antônio Guerreiro, antes de se tornar metalúrgico, trabalhou durante 11 anos numa das usinas da região e sabe como são duras as condições de trabalho de seus companheiros do campo. Guerreiro, que participou ativamente de uma greve na Usina São Martinho, no final da década de 50, diz que o que os bóias-frias estão ganhando hoje "não está dando nem para comer". E acrescenta que fatos como o ocorrido em Guariba podem repetir em outros locais.

E Guerreiro tem razão, pois no mesmo dia, em Bebedouro, cidade da região de Ribeirão Preto, os bóias-frias apanhadores de laranja entraram em greve por aumento salarial. Fizeram vários piquetes nas rodovias e apedrejaram alguns caminhões que tentaram furar o bloqueio.

## OPINIÃO

### Um despertar

A rebelião em Guariba, como as greves em Bebedouro e no sudoeste de Goiás, mostram o despertar dos bóias-frias para a luta de classe.

Durante longo anos, os sanguessugas que vivem da exploração de mão-de-obra volante na agricultura se fiaram na dispersão, na desorganização e no trabalho embrutecedor para manter dócil e passivo este contingente imenso de assalariados. Impuseram-lhe um regime que lembra a escravidão.

Corre que este quadro tinha de mudar, e está mudando. Os bóias-frias, que na maioria de-

pendem apenas ou fundamentalmente de seus salários de fome para sobreviver, foram engrossar o proletariado do campo. E estes irmãos de classe do operariado industrial têm um papel, de destaque, reservado na luta pela libertação social de nosso povo.

A exploração desmedida, sem lei nem escrúpulos, começa agora a colocar em movimento a força ainda entorpecida mas imensa, que derrama suor e sangue nos latifúndios. Os operários conscientes só podem saudar e incentivar este movimento que é irmão do seu.

# Latifúndio vence batalha de Ivinhema



Fome e fuzis impediram a ocupação das terras, ociosas há 25 anos

Durou 16 dias a ocupação de 20 mil hectares de terras ociosas em Ivinhema, Mato Grosso do Sul, por cerca de mil famílias de bóias-frias e arrendatários expulsos de seus lotes. Segunda-feira, dia 14, mil policiais armados de fuzis e metralhadoras promoveram a expulsão. Saiu ganhando a companhia Someco, que se diz dona da terra e custeou toda a operação.

A ocupação ocorreu no dia 29 de abril, mobilizando em geral pais de família, cerca de 1.300, que deixaram mulheres e filhos em seus lugares de origem nos municípios da região. Organizados num movimento de lavradores sem terra e inspirados pela Comissão Pastoral da Terra, eles chegaram à gleba — abandonada há 25 anos — dispostos a cultivá-la para escapar da fome e da insegurança que tomam conta dos pobres do campo.

Enfrentaram, contudo, uma resistência feroz da poderosa Someco — Sociedade de Melhoramento e Colonização —, que alega ser a dona legal da gleba, embora não tenha chegado a prová-lo satisfatoriamente.

A Someco, praticamente usou a Polícia Militar do Estado como sua guarda de fuzis. Segundo denúncia do deputado federal Sérgio Cruz, do PMDB sulmatogrossense, a empresa pagou diárias de Cr\$ 9 mil

aos soldados e Cr\$ 25 mil ao coronel Joceli Paes de Carvalho, que comandou a ação contra os ocupantes. Forneceu também caminhões, víveres, sistema de comunicações e até aviões para a operação de cerco e aniquilamento contra o movimento do sem-terra.

Também para ajudar a companhia, que mantinha as terras ocupadas com fins especulativos, entrou na dança o general Danilo Venturini, ministro dos Assuntos Fundiários e secretário do Conselho de Segurança Nacional. Coube a ele pressionar o governador Wilson Martins, do PMDB, no sentido de favorecer o latifúndio. E realmente o governador, que desde o início mantivera uma posi-

ção pouco firme mas favorável a "negociações", após entrevistar-se com Venturini cedeu de vez à pressão do latifúndio e autorizou a expulsão violenta dos ocupantes.

Os lavradores foram submetidos a um cerco implacável, sem receber nem comida. Na véspera da expulsão já estavam "pálidos e com fome", segundo as palavras do próprio coronel Joceli. Constrangidos a uma resistência passiva, embora com forte apoio da opinião pública, inclusive de outros Estados, não encontraram formas de sustentar a ocupação. Quando a polícia finalmente deu-lhes ordem de expulsão, reagiram apenas com cânticos religiosos e orações.